



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO
PLANALTO BEIRÃO

2022

**RELATÓRIO DE GESTÃO
E CONTA DE GERÊNCIA**
2022

Índice

01

MENSAGEM DO CONSELHO EXECUTIVO	01
--------------------------------------	----

02

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE E APRESENTAÇÃO DO SISTEMA	05
--	----

2.1 Caracterização da Entidade	06
--------------------------------------	----

2.2 Apresentação do Sistema de Gestão de Resíduos (SGRU)	08
--	----

03

RESÍDUOS URBANOS.....	10
-----------------------	----

3.1. Gestão de resíduos.....	11
------------------------------	----

3.1.1. Recolha indiferenciada de resíduos urbanos.....	12
--	----

3.1.2 Equipamentos de deposição de resíduos urbanos indiferenciados	14
---	----

3.1.3. Lavagem de Contentores.....	15
------------------------------------	----

3.1.4. Recolha de Resíduos Específicos	16
--	----

3.2 Recolha Seletiva Multimaterial	17
--	----

3.2.1. Instalação de Ecopontos.....	18
-------------------------------------	----

3.2.2. Parque de Ecopontos existente	19
--	----

3.2.3 Recolha seletiva trífuxo porta-a-porta (PaP) não-domésticos.....	20
--	----

3.2.4. Recolha seletiva trífuxo em ecopontos.....	21
---	----

3.2.5 Gestão de Ecocentros.....	23
---------------------------------	----

3.2.6 Recolha seletiva per capita	25
---	----

3.2.7. Projetos piloto PAYT	27
-----------------------------------	----

01

Mensagem do Conselho Executivo



3.2.8. Retoma de resíduos valorizáveis.....	28
3.2.9. Meta PERSU 2020/2020+	30
3.2.10. Gestão de óleos alimentares usados (OAU).....	31
3.3. Tratamento Mecânico e Biológico (TMB).....	32
3.3.1. Central de Valorização Orgânica.....	33
3.4. Resíduos Não Perigosos.....	35
3.5. Confinamento técnico de resíduos em aterro sanitário.....	39
3.6. Combustíveis Derivados de Resíduos.....	40
3.7. Gestão de biorresíduos.....	42
3.8. Projeto BioBairros – da Terra à terra	43
3.9. Monitorização do CTRSU do Planalto Beirão ...	44
3.9.1. Monitorização da Unidade de Confinamento Técnico de RU	44
3.9.2. Controlo de lixiviados e efluente tratado.....	45
3.9.3. Controlo de qualidade das águas superficiais.....	48
3.9.4. Energia produzida – Central de Valorização Energética	50
3.9.3. Monitorização Ambiental de lixeiras municipais seladas	52
3.10. Comunicação e Sensibilização ambiental.....	54
3.10.1. Implementação de ação de sensibilização itinerante.....	55
3.10.2. Sessões participativas nas escolas.....	56
3.10.3. Concurso interescolar.....	58
3.10.4. Divulgação de resultados ao nível da reciclagem	59
3.10.5. Workshops para produtores não domésticos..	60
3.10.6. Concurso Montras Ecológicas.....	60
3.10.7. Ações de sensibilização e eventos	62
3.10.8. “Planalto Beirão 100 Dúvidas”.....	63
3.10.9. Redes Sociais	64
3.10.10. Planalto Beirão - Boletim informativo.....	64
3.10.11. Protocolos de Colaboração – Recolha de tampinhas.....	65
3.10.12. Campanha solidária – “Separar para Ajudar”	66
3.10.13. Apresentação de resultados PSEA POSEUR....	67

04

ABASTECIMENTO DE ÁGUA AOS MUNICÍPIOS DE CARREGAL DO SAL, MORTÁGUA, SANTA COMBA DÃO, TÁBUA E TONDELA 68

4.1. Aspetos técnicos.....	69
4.1.1. Volume de água captada.....	70
4.1.2. Volume de água faturada.....	71
4.1.3. Detalhe do volume de água faturada.....	71
4.1.4. Nível de água não faturada.....	73
4.1.5. Número de utilizadores	73
4.1.6. Número de ramais executados	74
4.1.7. Interrupções acidentais de fornecimento.....	74
4.1.8. Evolução da qualidade da água distribuída..	74
4.1.9. Caracterização dos Recursos Humanos	75
4.2. Aspetos financeiros.....	76
4.2.1. Receitas de exploração detalhadas.....	76
4.2.2. Demonstrações.....	76

05

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS..... 76

06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... 78

07

ANEXOS 79

14

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB), constituída em 1991, conserva um espectro muito alargado de competências que exigem uma vasta cadeia operacional de recolha e transporte de resíduos urbanos, mas também um modelo técnico de tratamento dos mesmos que vá ao encontro não só dos requisitos legais e das metas definidas, mas também dos possíveis níveis de investimento e operação.

Diariamente são recolhidas e tratadas cerca de 400 toneladas de resíduos urbanos (RU), provenientes dos 19 municípios associados e produzidas por cerca de 326 mil habitantes.

Os elevados investimentos executados ao longo dos últimos anos têm permitido a implementação de significativas mudanças ao nível da gestão dos RU na região, tendo em vista assegurar aos seus utilizadores um serviço cada vez mais acessível e com mais qualidade, mas também atingir os indicadores de desempenho de um sistema integrado de gestão de resíduos urbanos, cujas metas são cada vez mais exigentes a vários níveis.

O ano 2022 ficou especialmente marcado, ao nível do (SGRU) titulado pela AMRPB, pelo fecho do ciclo de planeamento 2014-2022 do PERSU 2020/2020+ e, consequentemente, pela avaliação do desempenho dos indicadores de gestão de RU que apontaram para a contínua necessidade de realinhar a AMRPB com os desafios futuros, para assim alcançar as metas conhecidas: preparação para reutilização e reciclagem; desvio de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) de aterro e novas exigências introduzidas pelo pacote da economia circular.

De uma forma sucinta e não obstante o trabalho desenvolvido até hoje, importa continuar a aumentar a quantidade de resíduos recolhidos seletivamente, otimizar novos investimentos numa abordagem regional tirando partido de infraestruturas existentes, potenciar a produção de combustível derivado de resíduos (CDR) a partir de frações resto de tratamento mecânico de resíduos, aumentar a quantidade e a qualidade das frações valorizáveis através da evolução dos modelos de recolha, assegurar abordagens ao nível municipal para cumprimento da recolha seletiva de biorresíduos e prosseguir a sustentabilidade técnica e económico financeira das entidades gestoras: AMRPB (em baixa) e Ecobeirão, EIM,S.A. (em alta).

A sensibilização e a educação ambiental tiveram em 2022 um papel central uma vez que os bons resultados da recolha seletiva trífloxo assim demonstraram que dela dependeram em larga medida. É de facto gratificante verificar a mudança de comportamentos no que diz respeito à correta gestão de resíduos urbanos por parte de cada vez mais utilizadores, que conduz a uma cidadania ambiental cada vez mais ativa e envolvida.

Por fim, importa reforçar que a concretização dos novos desafios que se alinham no horizonte da gestão de resíduos depende, como sempre, da colaboração do capital humano de todos os envolvidos, tanto dos 19 Municípios associados, como dos fornecedores da AMRPB, que tem sido incedível. Com esta premissa em mente, continuaremos a trabalhar com a mesma determinação de sempre, lado a lado com os cerca de 326 mil cidadãos da Região, com a ambição comum em prol de uma verdadeira economia circular, de forma a garantir um futuro mais sustentável e equilibrado para as próximas gerações.



O Conselho Executivo da AMRPB

Investimentos – OPERAÇÕES POSEUR

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) assegurou a aprovação de três importantes operações cofinanciadas pelo Fundo de Coesão da União Europeia através do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) do Acordo de Parceria Portugal 2020, com um investimento total aprovado superior a 32 milhões de euros.

A operação POSEUR-03-1911-FC-000075, executada a partir de 2017 e integralmente executada até final de 2022, intervencionou toda a cadeia operacional de recolha, transporte e triagem de resíduos recicláveis de embalagens, através de um investimento superior a 19 milhões de euros. Este investimento sustentou a quase duplicação dos valores de reciclagem de resíduos de embalagens em 7 anos, ou seja, se em 2015, cada habitante da região do Planalto Beirão separava e colocava, por ano, no ecoponto 22 kg de resíduos de embalagens de vidro; papel/cartão; plástico e metal; no final de 2022 esse valor já era de 43 kg. Este último é equivalente a uma retoma de 40 kg/habitante que supera os 33 kg anuais por habitante definidos como meta (ajustada) de retoma de resíduos recicláveis nos instrumentos de planeamento nacionais do setor (PERSU 2020/PERSU 2020+).

A operação POSEUR-03-1911-FC-000238 prevê a execução de um investimento de cerca de 8,7 milhões de euros na implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos (CDR), a partir da trituração e secagem da fração resto das unidades de tratamento mecânico e de triagem de resíduos da AMRPB. Este investimento, com capacidade instalada de processamento de 50.000 toneladas/ano, irá promover uma redução muito substancial das atuais quantidades de resíduos depositadas em aterro sanitário.

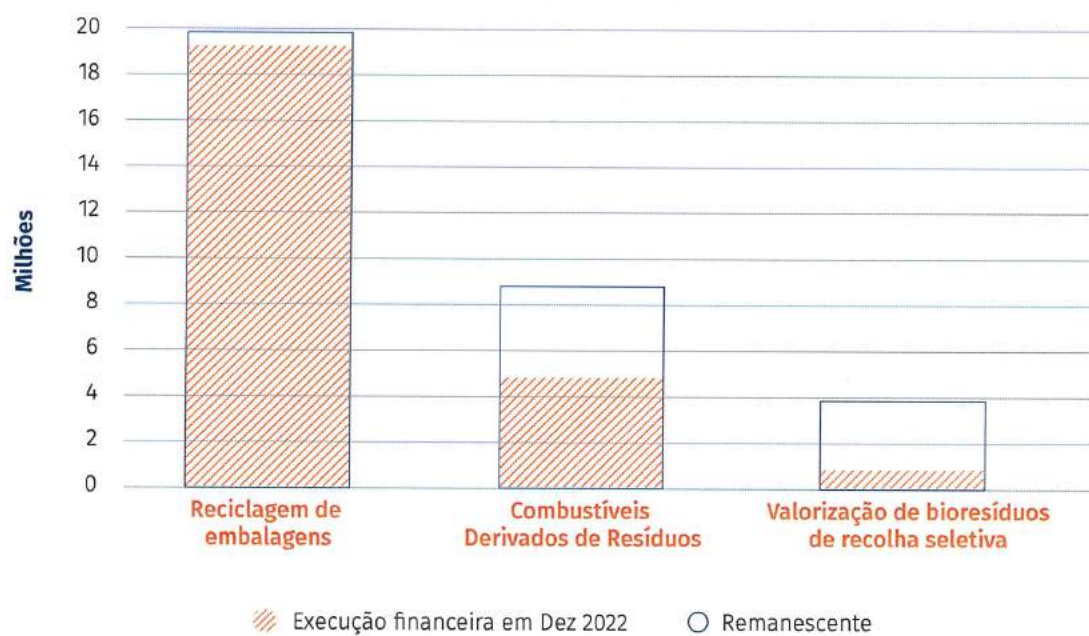
Os biorresíduos representam perto de 40% do universo dos resíduos urbanos que produzimos nas nossas casas e, por isso mesmo, as atenções da AMRPB focam-se cada vez mais na sua valorização. Está por isso em curso um investimento 3,7 milhões de euros, através da operação POSEUR-03-1911-FC-000348, que irá adaptar a unidade de tratamento mecânico e biológico da AMRPB e construir um novo parque de compostagem para a receção e valorização de biorresíduos recolhidos seletivamente.

No seu conjunto, estas três operações asseguram a captação de perto de 25 milhões de euros de Fundo de Coesão da UE, o equivalente a uma taxa efetiva de cofinanciamento de 77% do custo total aprovado.

Até ao final de 2022, as três operações da AMRPB aprovadas no Acordo de Parceria Portugal 2020 tinham executado perto de 25 milhões de euros, o equivalente a uma taxa de execução de 77% do custo total aprovado nestas operações.

Operação	Designação abreviada	Custo total aprovado	Investimento adjudicado	Execução financeira em Dez 2022	Remanescente	% Execução financeira do custo aprovado
POSEUR-03-1911-FC-000075	Reciclagem de embalagens	19.668.672	19.667.029	19.268.248	400.424	98%
POSEUR-03-1911-FC-000238	Combustíveis Derivados de Resíduos	8.656.824	8.655.194	4.699.224	3.957.600	54%
POSEUR-03-1911-FC-000348	Valorização de biorresíduos de recolha seletiva	3.743.534	3.397.434	641.286	3.102.248	17%
	Total...	32.069.030	31.719.657	24.608.758	7.460.273	77%

Execução financeira do Acordo de Parceria PT 2020



02



Caracterização da Entidade e Apresentação do Sistema



2.1 Caracterização da Entidade

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) é uma entidade de direito público que congrega um total de 19 Municípios de três NUTIII¹ da Região Centro: Viseu Dão Lafões, Região de Coimbra e Beiras e Serra da Estrela.

Tabela 1 • Municípios associados da AMRPB.

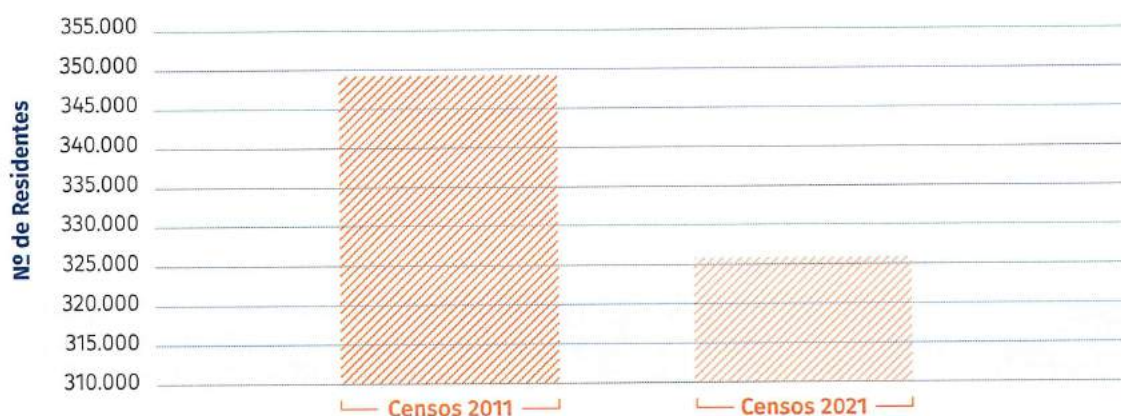
Município	NUTS III	População residente (INE, Censos 2011)	População residente (INE, Censos 2021)
Gouveia	Beiras e Serra da Estrela	14.046	12.222
Seia	Beiras e Serra da Estrela	24.702	21.755
Mortágua	Região de Coimbra	9.607	8.963
Oliveira do Hospital	Região de Coimbra	20.855	19.413
Tábua	Região de Coimbra	12.071	11.160
Aguiar da Beira	Viseu Dão Lafões	5.473	5.231
Carregal do Sal	Viseu Dão Lafões	9.835	9.038
Castro Daire	Viseu Dão Lafões	15.339	13.736
Mangualde	Viseu Dão Lafões	19.880	18.303
Nelas	Viseu Dão Lafões	14.037	13.119
Oliveira de Frades	Viseu Dão Lafões	10.261	9.506
Penalva do Castelo	Viseu Dão Lafões	7.956	7.333
Santa Comba Dão	Viseu Dão Lafões	11.597	10.641
São Pedro do Sul	Viseu Dão Lafões	16.851	15.137
Sátão	Viseu Dão Lafões	12.444	11.030
Tondela	Viseu Dão Lafões	28.946	25.910
Vila Nova de Paiva	Viseu Dão Lafões	5.176	4.662
Viseu	Viseu Dão Lafões	99.274	99.551
Vouzela	Viseu Dão Lafões	10.564	9.580
Total		 348.914	 326.290

No total, o território da AMRPB abrange uma área de cerca de 4.660 km² e agrega mais de 326 mil residentes.

...
¹ Nomenclaturas de Unidade Territorial, nível III, para efeitos estatísticos.

14

Total de População residente no território da AMRPB



De acordo com os Censos da população 2021, na área de abrangência da AMRPB, verificou-se, à semelhança do que aconteceu a nível nacional, um decréscimo da população residente, que se traduziu numa variação negativa de 6,48%.

A AMRPB foi constituída por escritura datada de 20 de março de 1991, publicada na IIIª série do Diário da República, nº 131, de 8 de junho de 1991. Tem a sua sede no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU) de Tondela, em Vale da Margunda – Borralhal, 3465-013, Barreiro de Besteiros, Município de Tondela.

A AMRPB está vinculada ao regime de contabilidade estabelecido para municípios – SNC (Sistema de Normalização Contabilística) – bem como aos regimes jurídicos que regulam o funcionamento daquelas entidades, beneficiando das isenções fiscais previstas na lei para as autarquias locais.

Os órgãos gestonários da AMRPB são a Assembleia Intermunicipal e Conselho Executivo. A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da AMRPB e é constituída pelos presidentes dos municípios associados, ou seus substitutos e por um vereador designado de cada uma das câmaras municipais associadas.

O Conselho Executivo é o órgão executivo da AMRPB e é composto por cinco membros efetivos representantes dos municípios associados, eleitos pela Assembleia Intermunicipal de entre os respetivos membros.

A Mesa da Assembleia Intermunicipal é composta por:

- ... **Presidente** Presidente da Câmara Municipal de Viseu
- .. **Secretário** Presidente da Câmara Municipal de Seia
- .. **Secretário** Presidente da Câmara Municipal de Aguiar da Beira

O Conselho Executivo é constituído por:

- ... **Presidente** Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão
- .. **Vogal** Presidente da Câmara Municipal de Tondela
- .. **Vogal** Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal
- .. **Vogal** Presidente da Câmara Municipal de Tábua
- .. **Vogal** Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire



As contas da AMRPB são auditadas pela empresa Martins Pereira, João Careca & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

2.2 Apresentação do Sistema de Gestão de Resíduos (SGRU)

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) é a Entidade Titular do sistema de gestão de resíduos urbanos em baixa e em alta no território dos seus 19 municípios associados pertencentes à Região Centro de Portugal, com uma área total de intervenção de mais de 4 mil quilómetros quadrados e servindo cerca de 326 mil habitantes.

As competências do serviço de gestão de resíduos urbanos em baixa na região do Planalto Beirão são asseguradas diretamente pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão. As competências do serviço de gestão de resíduos urbanos em alta (SGRU) são asseguradas, através de delegação, pela empresa intermunicipal Ecobeirão EIM SA, cuja maioria do capital social com direito do voto é detida pela AMRPB. Trata-se de um modelo de gestão pública verticalmente integrado e encimado pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

O sistema de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos (RU) titulado pela AMRPB tem como objetivo recolher, tratar e valorizar os RU produzidos nos 19 municípios que definem a sua esfera de intervenção territorial, abrangendo um universo de 224 freguesias e uma área de 4.660 quilómetros quadrados, a décima maior área do conjunto dos 23 SGRU do território continental nacional².

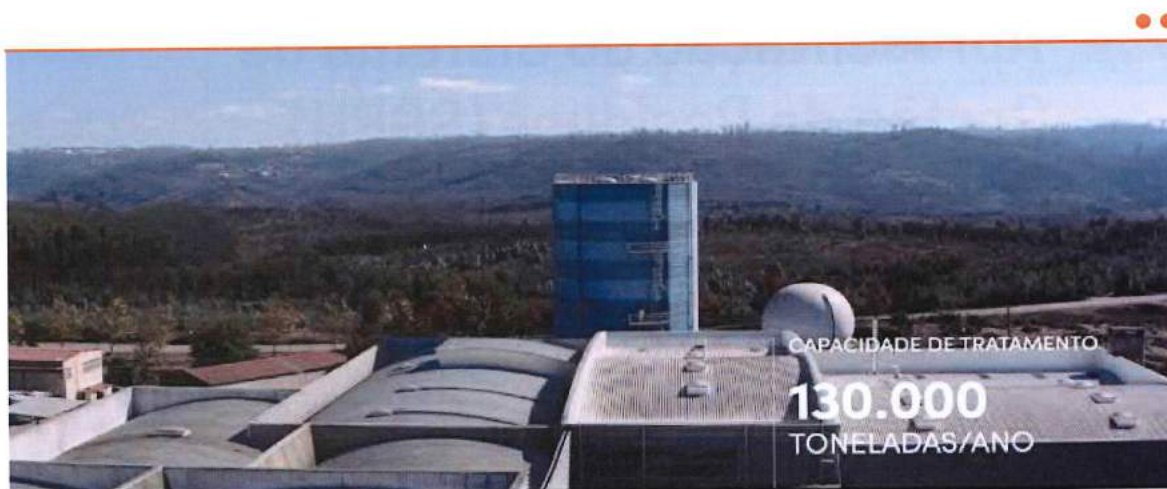
Figura 4 • Território de intervenção do SGRU da AMRPB.



...

² Fonte: Relatório Anual de Resíduos Urbanos de 2019, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) possui uma rede de infraestruturas de gestão de resíduos necessária para otimizar a logística de recolha e o transporte de resíduos urbanos produzidos nos diferentes municípios para o Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU), situado em Tondela.



O Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos possui diversas valências e como tal diferentes infraestruturas, como sejam: uma unidade de confinamento técnico (aterro), uma unidade de tratamento mecânico e biológico (TMB) com digestão anaeróbia, duas Centrais de Triagem (CT) multimaterial de resíduos de embalagens – papel/cartão e recicláveis de plástico/metal/ECAL – e uma Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos (ETAL).

Figura 5 • Esquema do CTRSU de Tondela.



03



Resíduos urbanos



3.1. Gestão de resíduos

No exercício de 2022 o SGRU titulado pela AMRPB tratou um total de 152.772 toneladas de resíduos, dos quais 118.734 toneladas tiveram origem em recolha indiferenciada.

Tabela 2 • Resíduos tratados pela AMRPB.

Tipologia	2022 Total (ton.)
Resíduos Sólidos Urbanos - Indiferenciados	118.734
Recolha Seletiva - Ecopontos	12.750
Recolha Seletiva - Ecocentros	6.956
Resíduos Industriais não perigosos	14.332
Total	152.772

Em 2022 verificou-se um aumento de resíduos recolhidos pelo SGRU titulado pela AMRPB, exceto no que se refere aos resíduos indiferenciados e resíduos recolhidos nos ecocentros, nos quais se registou uma ligeira diminuição.

Figura 6 • Recolha resíduos urbanos no SGRU titulado pela AMRPB, entre 2020 e 2022.






3.1.1. Recolha indiferenciada de resíduos urbanos

Em 2022 foram recolhidas e transportadas para tratamento, 118.734 toneladas de resíduos urbanos, através de uma rede de 23.930 contentores de tipologias diversas. Diariamente circulam 62 viaturas movidas a gasóleo e 3 viaturas movidas a GPL (Viseu) afetas ao serviço de recolha indiferenciada de resíduos urbanos.



O serviço que a AMRPB presta no âmbito da recolha indiferenciada de resíduos urbanos contempla um conjunto de ferramentas que permitem aos municípios associados aferir quantitativamente e qualitativamente as tarefas executadas, bem como acompanhar e/ou reportar as ocorrências diariamente registadas através de um sistema de gestão de frota 24 horas.

A Tabela 3 apresenta o mapa geral de recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados no exercício de 2022, no SGRU titulado pela AMRPB.

14

Tabela 3 • Mapa de recolha indiferenciada de resíduos sólidos urbanos no exercício de 2022 no território do SGRU titulado pela AMRPB.

Meses	A. BEIRA	C. SAL	C. DAIRE	GOUEIA	MANGU.	MORTAÇ.	NELAS	O. FRADES	O. HOSPITAL	P. CASTELO	S C DÃO	S P SUL	SATÃO	SEIA	TÁBUA	TONDELA	V N PAIVA	VISEU	VOUZELA	TOTAIS
JANEIRO	137,62	248,46	309,42	350,46	500,52	500,52	500,52	247,40	539,92	175,78	304,26	382,90	287,12	593,10	321,76	712,22	118,72	3.059,88	211,68	9124,40
FEVEREIRO	120,26	222,12	276,34	301,52	437,64	437,64	437,64	214,72	466,92	155,02	272,62	330,92	237,06	512,50	285,68	649,38	94,60	2.669,58	193,54	8.002,26
MARÇO	138,72	266,92	330,66	341,78	514,52	514,52	514,52	254,10	528,88	191,14	332,10	396,78	289,24	572,80	336,70	783,04	102,48	3.061,50	229,74	9.348,16
ABRIL	143,10	276,68	324,04	356,42	506,18	506,18	506,18	254,94	560,22	195,38	335,50	420,34	291,98	590,72	341,32	811,42	121,48	3.182,12	235,20	9.631,08
MAIO	151,54	302,90	340,16	394,44	591,12	591,12	591,12	266,62	581,74	196,60	357,22	420,24	326,76	625,26	365,78	835,86	115,44	3.316,26	243,52	10.624,42
JUNHO	151,54	303,54	349,68	369,08	564,86	564,86	564,86	275,10	566,36	210,98	349,84	440,44	314,38	610,90	367,94	878,10	112,00	3.231,42	266,08	10.098,02
JULHO	168,62	308,12	366,28	402,56	585,48	585,48	585,48	280,66	608,20	228,48	361,66	474,84	360,54	639,06	368,70	860,22	144,82	3.346,22	272,56	10.511,84
AGOSTO	238,02	357,76	507,84	498,46	678,24	678,24	678,24	334,26	714,86	277,26	432,64	621,04	479,86	806,76	437,60	1.000,46	221,58	3.667,02	331,96	12.434,56
SETEMBRO	154,18	297,58	369,78	389,58	541,44	541,44	541,44	266,44	585,02	198,48	341,34	446,88	317,28	635,26	372,48	837,70	114,28	3.271,76	265,30	10.087,50
OUTUBRO	140,14	274,52	312,48	347,02	501,38	501,38	501,38	243,66	542,52	183,32	307,40	403,28	286,14	575,18	332,00	765,96	122,94	3.198,16	228,98	9.461,08
NOVEMBRO	143,94	267,16	351,36	357,84	519,90	519,90	519,90	265,34	542,98	188,50	330,74	417,50	294,64	571,68	337,30	789,30	115,44	3.282,62	241,72	9.874,88
DEZEMBRO	142,56	278,42	348,42	377,96	533,80	533,80	533,80	280,42	574,72	191,72	328,58	411,46	309,08	606,98	348,20	806,50	122,92	3.414,86	258,16	9.997,90
TOTAIS	1.830,2	3.404,2	4.186,5	4.487,1	6.475,0	3.135,2	5.340,3	3.183,7	6.812,3	2.392,7	4.053,9	5.166,6	3.794,1	7.340,2	4.215,5	9.730,2	1.506,7	38.701,4	2.978,4	118.734,1

3.1.2 Equipamentos de deposição de resíduos urbanos indiferenciados

No âmbito do serviço de recolha e transporte a tratamento de resíduos urbanos, foram fornecidos em 2022 514 novos contentores de tipologias diversas. Estes equipamentos destinam-se não só à substituição de contentores danificados ou em fim de vida, mas também à instalação de novos pontos de deposição de resíduos ou ao reforço de locais já existentes. Adicionalmente foram fornecidos, sem custos para os municípios, um total de 463 equipamentos das tipologias de 800 e 1000 litros. De forma a uniformizar o parque de contentores da AMRPB, foram substituídos 459 contentores metálicos ainda existentes em parte dos municípios associados.

Tabela 4 • Rede de contentores de resíduos urbanos indiferenciados existente em 2022.

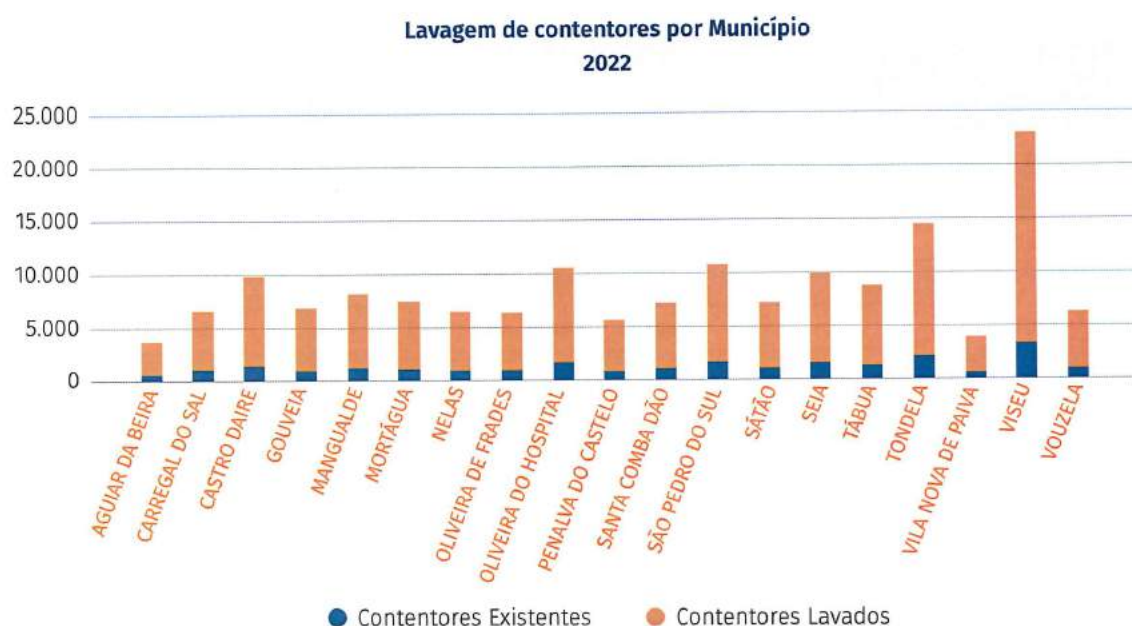
Município	Tipologia							Total
	240 l	360 l	800 l	1.000 l	1.100 l	3.000 l	5.000 l	
Aguiar da Beira	1	39	509	1	0	3	0	553
Carregal do Sal	2	136	845	0	0	15	0	998
Castro Daire	20	178	1.224	13	0	13	0	1.448
Gouveia	1	7	961	0	0	3	0	972
Mangualde	3	38	1.127	2	0	47	0	1.217
Mortágua	0	114	969	0	0	7	0	1.090
Nelas	2	52	901	1	0	15	0	971
Oliveira de Frades	8	100	794	32	0	0	0	934
Oliveira do Hospital	4	431	1.120	0	0	32	0	1.587
Penalva do Castelo	0	39	769	1	0	6	0	815
Santa Comba Dão	0	76	948	8	0	6	0	1.038
São Pedro do Sul	15	243	1.322	16	0	15	0	1.611
Sátão	8	155	858	3	0	20	0	1.044
Seia	15	208	1.207	0	5	37	0	1.472
Tâbua	0	119	1.109	11	0	14	0	1.253
Tondela	9	113	1.971	7	3	18	0	2.121
Vila Nova de Paiva	2	43	539	0	0	0	0	584
Viseu	0	0	149	788	2.093	3	284	3.317
Vouzela	1	56	820	0	0	28	0	905
Total	91	2.147	18.142	883	2.101	282	284	23.930

3.1.3. Lavagem de Contentores

A lavagem dos equipamentos de deposição de resíduos urbanos indiferenciados (RI) é efetuada nos equipamentos de superfície e enterrados, seguindo uma periodicidade de 60 dias. No ano de 2022 foram realizados 6 ciclos de lavagem, abrangendo um total de 138.933 equipamentos, correspondendo a um aumento de cerca de 54% de equipamentos lavados face ao ano anterior, em consequência do aumento da frequência de lavagem, em prol de uma melhor qualidade de serviço.

O gráfico da Figura 7 ilustra a atividade de lavagem de equipamentos de deposição de RI desenvolvida no exercício de 2022.

Figura 7 • Lavagem de contentores de RI no SGRU titulado pela AMRPB, em 2022.



3.1.4. Recolha de Resíduos Específicos

O serviço designado de Recolha de Resíduos Específicos contempla a recolha de resíduos que, devido à sua dimensão e tipologia, não podem ser depositados nos meios convencionais. O serviço de recolha de resíduos específicos é prestado ao utilizador gratuitamente, por agendamento prévio através do número verde (800 209 316). Sempre que se verifique a presença de resíduos específicos na via pública, os mesmos serão removidos pelos serviços de recolha de resíduos.

Figura 8 • Serviço de Recolha de Resíduos Específicos



Na tabela seguinte é apresentada a quantidade de resíduos específicos, recolhida por município, no ano de 2022.

Tabela 5 • Recolha de resíduos urbanos específicos em 2022.

Município	Quantidade de Resíduos Específicos (kg)
Aguiar da Beira	4.740
Carregal do Sal	940
Castro Daire	30.600
Gouveia	24.040
Mangualde	39.200
Mortágua	4.160
Nelas	540
Oliveira de Frades	11.040
Oliveira do Hospital	30.000
Penalva do Castelo	3.620
Santa Comba Dão	23.760

Município	Quantidade de Resíduos Específicos (kg)
São Pedro do Sul	28.940
Sátão	9.080
Seia	27.420
Tábua	12.920
Tondela	80.920
Vila Nova de Paiva	680
Viseu	736.800
Vouzela	9.540
Total	1.078.940

3.2 Recolha Seletiva Multimaterial

Nos últimos 5 anos registou-se uma enorme mudança ao nível da recolha seletiva de materiais para reciclagem, ao nível dos 19 municípios que integram a AMRPB. O reforço de meios de deposição e recolha efetuado no âmbito da operação POSEUR-03-FC-000075 cofinanciada pelo Fundo de Coesão da União Europeia através do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização de Recursos do Acordo de Parceria Portugal 2020, aproximou a recolha seletiva dos cidadãos e levou a uma mudança de comportamentos a este nível, traduzida por um significativo aumento das quantidades recolhidas. Apesar de existir algum potencial de crescimento, os valores registados nos últimos anos colocam o Planalto Beirão acima das metas definidas para a região e no caminho da sustentabilidade económica e ambiental.

Figura 9 • Recolha Seletiva de Contentor semienterrado





3.2.1. Instalação de Ecopontos

No final de 2022, todas as baterias de ecopontos previstas no âmbito da operação POSEUR-03-FC-000075, iniciada em 2017, estavam instaladas e operacionais. O reforço dos meios de deposição permitiu aumentar a abrangência territorial da coleta seletiva e a substituição de ecopontos com capacidade desadequada para as necessidades atuais da população.

De um parque de ecopontos constituído por 1.500 baterias em 2017, das quais cerca de 500 tinham a capacidade de 1.000 litros, passou-se para um total de 2.867 baterias em que a capacidade mínima de deposição são 2.500 litros.

Tabela 6 • Ecopontos instalados no contexto da execução da operação POSEUR-03-1911-FC-000075.

Ação	Unidades do reporte	Meta	Unidades instaladas até 31/12/2022
1) vi.1: n.º de baterias trifluxo de superfície instaladas	n.º baterias	1.545	1.545
2) vi.2: n.º de baterias trifluxo de subterrâneas instaladas	n.º baterias	188	188
3) vi.3: n.º de baterias trifluxo de semienterradas instaladas	n.º baterias	77	77

Figura 10 • Ecoponto



3.2.2. Parque de Ecopontos existente

A 31 de Dezembro de 2022, o parque de ecopontos da AMRPB era constituído por um total de 2.867 baterias de recolha seletiva trifluxe.

A grande maioria dos ecopontos instalados (2.438 baterias) corresponde a contentores de superfície de 2.500 litros de capacidade, sendo os restantes ilhas ecológicas do tipo enterrado (256) ou semienterrado (173).

Os equipamentos destas duas últimas tipologias, por terem uma capacidade de deposição superior (3.000 e 5.000 litros), estão normalmente localizados nos centros urbanos, de modo a dar uma resposta mais adequada a uma maior produção de resíduos.

Tabela 7 • Número de ecopontos por município e tipologia

Município	Tipologia de Ecopontos			Total
	Superfície	Enterrados	Semienterrados	
Aguiar da Beira	44	5	0	49
Carregal do Sal	55	15	0	70
Castro Daire	140	15	0	155
Gouveia	99	3	0	102
Mangualde	128	37	0	165
Mortágua	97	7	0	104
Nelas	95	15	0	110
Oliveira de Frades	101	13	0	114
Oliveira do Hospital	117	29	0	146
Penalva do Castelo	80	6	0	86
Santa Comba Dão	83	1	5	89
S. Pedro do Sul	174	14	0	188
Sátão	96	0	15	111
Seia	158	33	0	191
Tábua	115	18	0	133
Tondela	202	18	0	220
Vila Nova de Paiva	36	0	0	36
Viseu	512	2	153	667
Vouzela	106	25	0	131
TOTAL	2.438	256	173	2.867

3.2.3 Recolha seletiva trifluxo porta-a-porta (PaP) não-domésticos

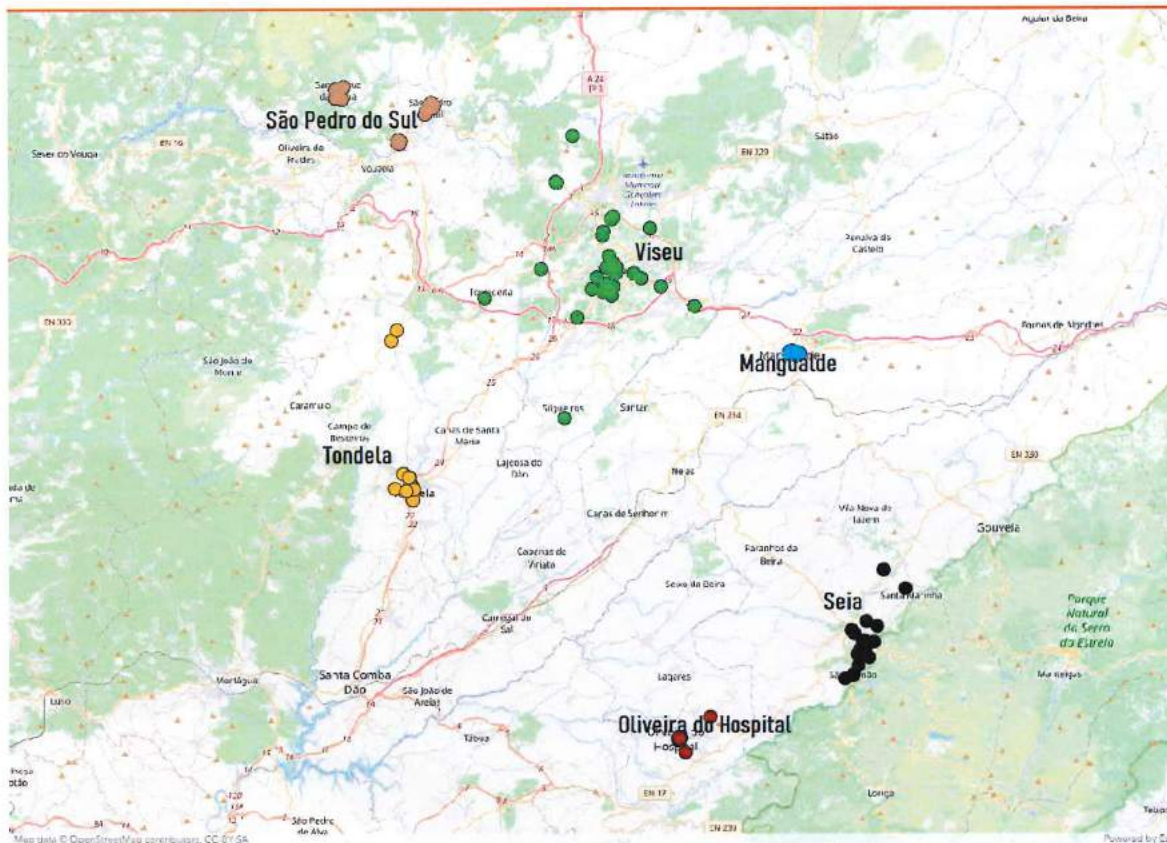
A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão implementou em 2020 um projeto piloto de recolha porta-a porta (PaP) de resíduos recicláveis de embalagens de papel/cartão, plástico/metall e vidro junto de produtores não-domésticos do comércio e serviços abrangendo os municípios de Seia, Oliveira do Hospital, Viseu, Tondela, São Pedro do Sul e Mangualde. Este projeto é desde então um veículo para a promoção da sustentabilidade ambiental, incentivando por um lado a adoção de comportamentos mais sustentáveis por parte dos utilizadores e, por outro, contribuindo para a melhoria da qualidade de serviço prestado.

Figura 11 • Serviço de recolha seletiva trifluxo porta-a-porta



A recolha porta-a-porta é realizada em cerca de 400 produtores não-domésticos de resíduos de embalagens. O principal objetivo é promover uma maior separação e triagem dos resíduos, garantindo assim que os materiais recicláveis sejam recolhidos separadamente dos restantes resíduos.

Figura 12 • Mapa de produtores integrados na recolha seletiva porta-a-porta, em 2022.



Este projeto contribuiu positivamente para a melhoria da qualidade do serviço prestado à população, principalmente porque permite libertar as ilhas ecológicas e ecopontos, localizados nas zonas abrangidas, de uma quantidade grande de resíduos produzidos pelo comércio local, garantindo assim disponibilidade de deposição para a população em geral.

A recolha seletiva porta-a-porta é um processo que envolve várias etapas. Em primeiro lugar, é realizada uma avaliação das necessidades específicas de cada produtor de resíduos de embalagens. Com base nesta avaliação é definido um calendário de recolha e fornecidos sacos para a separação dos diferentes tipos de materiais recicláveis. O processo de recolha é realizado de forma regular e os resíduos recolhidos são transportados para as centrais de triagem do CTRSU de Tondela da AMRPB.

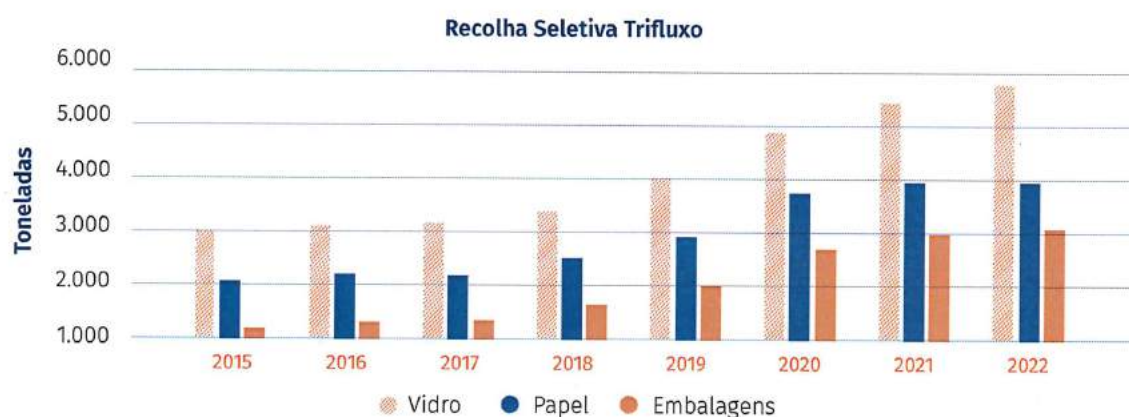
3.2.4. Recolha seletiva trífuxo em ecopontos

Nos municípios da área de influência da AMRPB, no ano de 2022, foram depositadas e recolhidas 19.706 toneladas de resíduos provenientes da recolha seletiva trífuxo, nos ecocentros e ecopontos.

Tabela 8 • Recolha seletiva na rede de ecopontos do SGRU titulado pela AMRPB, em 2022.

Município	Vidro (kg)	Papel/cartão (Kg)	Embalagens plástico/metal/ECAL (kg)	Subtotal (kg)
Aguiar da Beira	90.960,82	31.522,81	28.059,67	150.543,30
Carregal do Sal	144.733,38	80.652,98	73.197,95	298.584,32
Castro Daire	251.629,41	106.032,90	95.966,88	453.629,18
Gouveia	178.131,68	113.014,44	96.690,19	387.836,31
Mangualde	324.920,59	236.530,54	194.106,85	755.557,98
Mortágua	204.888,85	79.821,23	76.527,53	361.237,62
Nelas	194.423,72	109.469,67	105.755,57	409.648,96
Oliveira de Frades	171.214,88	82.715,71	69.387,61	323.318,19
Oliveira do Hospital	314.604,49	205.542,64	164.457,68	684.604,81
Penalva do Castelo	107.607,44	48.567,96	46.604,20	202.779,60
Santa Comba Dão	179.341,86	81.069,79	73.231,31	333.642,96
São Pedro do Sul	328.558,92	167.754,13	140.923,93	637.236,98
Sátão	175.091,06	94.104,65	72.120,89	341.316,60
Seia	387.929,22	271.075,62	216.941,07	875.945,91
Tábua	209.325,78	115.892,43	98.826,67	424.044,88
Tondela	444.953,76	243.662,73	194.318,49	882.934,99
Vila Nova de Paiva	66.926,30	32.806,25	26.543,00	126.275,55
Viseu	1.827.165,74	1.777.302,75	1.159.981,81	4.764.450,30
Vouzela	157.572,08	97.040,74	81.798,70	336.411,51
TOTAIS	5.759.979,98	3.974.579,98	3.015.440,00	12.749.999,96

Pela análise dos últimos oito anos verifica-se que a partir de 2018 é iniciado um ciclo de acentuado crescimento nas quantidades de resíduos depositadas na rede de ecopontos do Planalto Beirão, vide figura seguinte.

Figura 13 • Evolução da recolha seletiva trífuxo com origem em ecopontos, entre 2015 e 2022.

No ano de 2022, constata-se a tendência de crescimento que se verifica desde 2018 ao nível das quantidades provenientes da recolha seletiva trifluxe nos 19 municípios associados. Face a 2021, registou-se um aumento de 108 toneladas no total das três fileiras de recolha.

Esta tendência de crescimento tem-se vindo a verificar nos últimos 5 anos e está intimamente relacionada com a quase duplicação do número de ecopontos disponíveis na área de abrangência da AMRPB. Este reforço de meios, associado ao forte investimento ao nível da comunicação nos últimos dois anos, foi o catalisador necessário para uma profunda e abrangente mudança de comportamentos ao nível da separação doméstica.



3.2.5 Gestão de Ecocentros

A Ecobeirão, EIM, S.A. dispõe de 18 ecocentros (1 por município) ao serviço de utilizadores domésticos e não domésticos, a funcionar semanalmente de terça-feira a sábado. Durante o ano de 2022, foram recolhidas cerca de 6.956 toneladas de resíduos recicláveis de embalagens, posteriormente encaminhados para operações de valorização.

Figura 14 • Ecocentro.

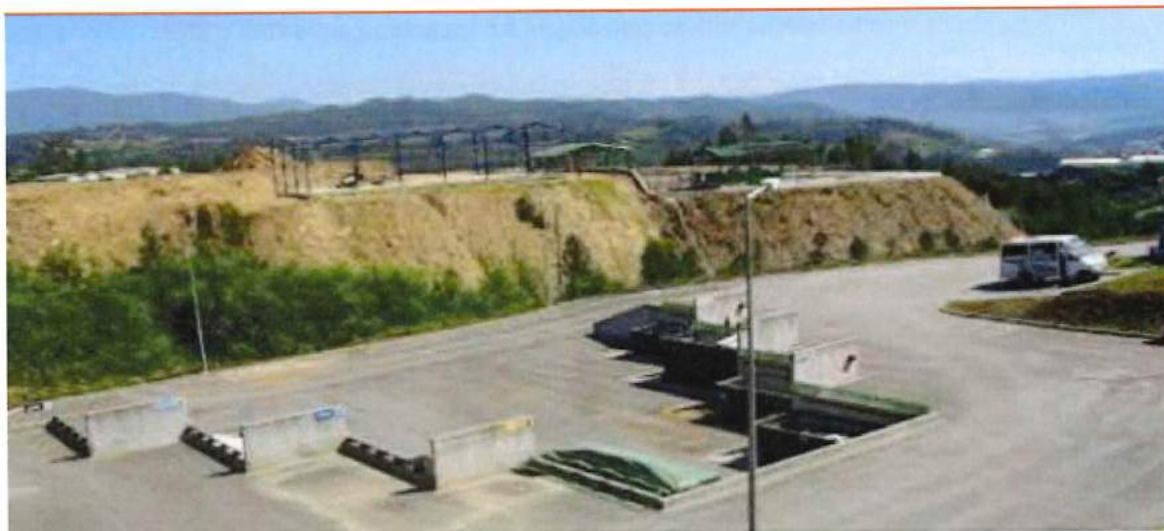


Tabela 9 • Recolha seletiva da rede de ecocentros do SGRU titulado pela AMRPB, em 2022.

Município	PAPEL CARTÃO 15 01 01 20 01 01	VIDRO 15 01 07	PLÁSTICOS 15 01 06	PLÁSTICOS MISTOS 20 01 39	METAIS 15 01 04 20 01 40	MADEIRA 15 01 03	R C D 17 09 04	VERDES 20 02 01	R E E E			MONSTROS 20 03 07	OLEOS ALIMENTARES USADOS 20 01 25	Subtotais (kg)
									REEE 20 01 36	MONITORES/ TV 20 01 35	EQ ARREF. REFREG. 20 01 23			
Aguiar da Beira	27.060	13.300	21.040	3.500	11.220	0	56.160	15.080	4.754	2.529	2.220	55.880	0	212.743
Carregal do Sal	28.820	13.040	13.260	1.960	13.160	0	193.780	48.900	8.287	5.515	5.610	92.700	300	425.332
Castro Daire	33.900	0	6.360	1.040	3.780	0	34.300	5.460	2.169	1.637	2.215	24.120	0	114.981
Gouveia	33.320	11.800	20.560	7.160	24.400	66.380	202.500	55.980	13.789	7.537	12.360	87.120	550	543.456
Mangualde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mortágua	21.000	8.960	10.100	5.680	16.420	0	202.640	41.504	10.676	6.504	9.146	129.520	250	462.400
Nelas	29.640	13.760	13.740	3.740	7.240	0	62.260	68.060	6.062	4.049	6.792	101.940	200	317.483
Oliveira de Frades	12.160	14.180	4.300	1.800	0	0	9.860	5.240	2.349	2.611	1.802	38.280	0	92.582
Oliveira do Hospital	73.740	13.240	36.560	8.700	18.140	82.520	215.640	109.420	14.452	12.374	11.583	98.780	400	695.549
Penalva do Castelo	9.400	8.500	2.260	3.240	4.380	0	57.900	14.120	2.869	1.671	1.602	28.880	300	135.122
Santa Comba Dão	5.080	6.780	2.580	0	3.180	0	119.080	25.980	3.086	1.363	1.952	28.560	300	197.941
S. Pedro do Sul	38.560	12.400	12.520	4.780	10.060	0	132.060	16.560	8.890	6.646	3.549	61.520	550	308.095
Sátão	23.160	0	7.980	1.460	4.400	0	35.260	23.540	7.428	4.703	2.451	42.780	0	153.162
Seia	92.260	37.920	35.740	16.000	35.420	128.760	459.340	149.040	32.545	23.125	27.379	171.580	1.200	1.210.309
Tábua	22.820	14.500	10.660	3.480	5.000	0	144.600	60.460	5.798	3.761	8.365	59.160	0	338.604
Tondela	17.860	0	11.640	5.300	8.860	0	186.220	27.920	8.115	6.167	7.663	75.200	0	354.945
Vila Nova de Paiva	24.200	9.960	13.260	2.300	10.900	0	96.000	14.080	5.875	4.138	3.330	66.600	300	250.943
Viseu	88.000	14.840	26.040	7.520	14.480	148.720	255.880	207.540	34.188	30.565	24.301	111.580	0	963.654
Vouzela	26.800	13.980	9.300	0	5.780	0	63.660	5.120	6.295	3.017	4.210	40.620	250	179.032
TOTAIS	607.780	207.160	257.900	77.660	196.820	426.380	2.527.140	894.004	177.627	127.912	136.530	1.314.820	4.600	6.956.333

3.2.6 Recolha seletiva per capita

No ano de 2022, em média, cada habitante da área de abrangência da AMRPB, separou na fonte 43 kg de resíduos de embalagens valorizáveis. Este valor é superior em 1 kg ao registado em 2021.

Nos gráficos seguintes pode ser analisado o desempenho dos 19 municípios associados ao nível de cada fração, bem como ao nível da capitação anual global.

Figura 15 • Capitação da recolha seletiva de vidro, por Município, no SGRU titulado pela AMRPB, em 2022.

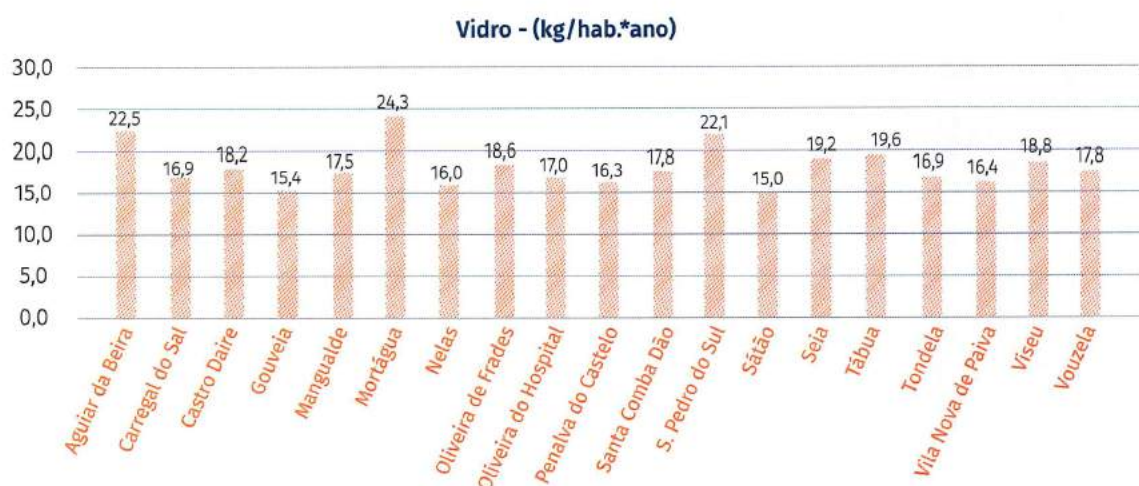


Figura 16 • Capitação da recolha seletiva de papel/cartão, por Município, no SGRU titulado pela AMRPB, em 2022.

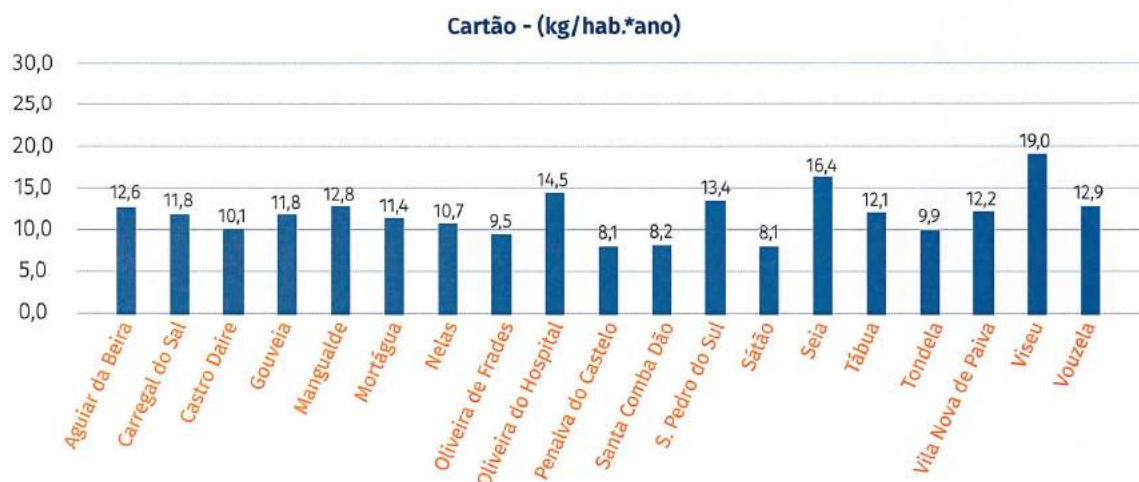


Figura 17 • Capitação da recolha seletiva de embalagens de plástico/metá/ECAL, por Município, no SGRU titulado pela AMRPB, em 2022.

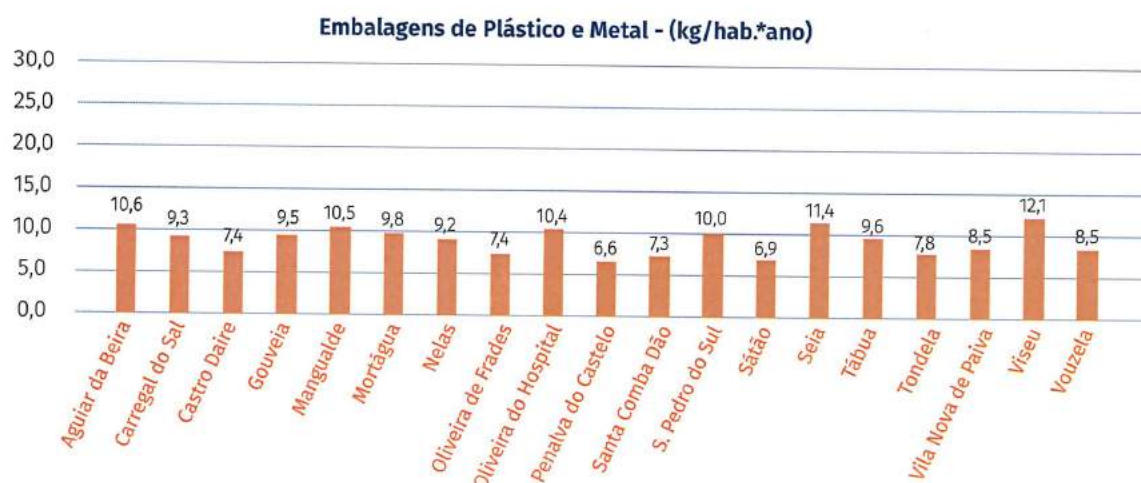
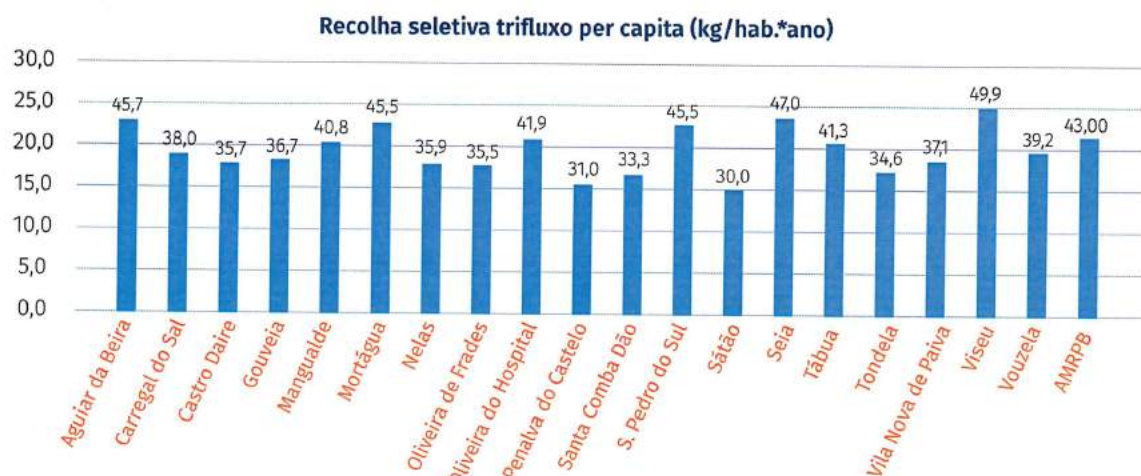


Figura 18 • Capitação da recolha seletiva trifluxe, por Município, no SGRU titulado pela AMRPB, em 2022.





3.2.7. Projetos piloto PAYT

Durante o ano 2022, mantiveram-se em execução os projetos-piloto PAYT nos municípios de Viseu e Seia. Estes projetos são da responsabilidade dos municípios executantes e pretendem instituir um mecanismo de natureza económico-financeira objetivando a mobilização dos utilizadores para a utilização das unidades de deposição seletiva de resíduos trífuxo de embalagens, transferindo a deposição de resíduos nos indiferenciados para a contentorização trífuxo por via do incremento de comportamentos de separação.

A identificação do utilizador e a monitorização da utilização na rede abrangida por estes projetos-piloto baseia-se em mecanismos de identificação eletrónica do utilizador e de registo da abertura do sistema mecânico-eletrónico de acesso condicionado e de medição volumétrica³ da intensidade de utilização implementado nas unidades de deposição abrangidas.

A implementação do projeto deverá ser acompanhada da adoção de procedimentos de avaliação da qualidade da separação nas unidades com o objetivo de constituir mecanismos de garantia do equilíbrio entre o incremento quantitativo da recolha seletiva e da sua qualidade efetiva, designadamente através do reforço de ações de fiscalização, sensibilização e informação orientadas para a adoção de boas práticas.

...

³ Baseada no volume fixo do doseador do equipamento de deposição que permite o acesso a apenas um volume fixo de deposição por cada utilização do equipamento.

Figura 19 • Serviço PAYT no município de Seia**Figura 20** • Serviço RAYT no município de Viseu

3.2.8. Retoma de resíduos valorizáveis

Os resíduos valorizáveis provenientes da recolha seletiva (ecopontos e ecocentros) e os resíduos valorizáveis separados no tratamento mecânico de resíduos indiferenciados, são encaminhados para a Central de Triagem. Após o processo de separação por tipologias mediante especificações técnicas próprias, os resíduos são retomados para reciclagem por intermédio de operadores de gestão de resíduos licenciados para o efeito.

Figura 21 • Resíduos valorizáveis preparados para posterior retoma

Em 2022 registou-se um aumento de 4,1%, face a 2021, nas quantidades de resíduos valorizáveis com origem na recolha seletiva (ecopontos e ecocentros) e no tratamento mecânico de resíduos indiferenciados, tendo por base a análise dos dados apresentados na tabela seguinte.

Tabela 10 • Retoma de resíduos recicláveis recuperados no tratamento mecânico de resíduos indiferenciados no SGRU titulado pela AMRPB, em 2021 e 2022 (Toneladas).

Retomas de Recolha Seletiva	2021	2022
Vidro	5.670	6.130
Cartão	4.276	4.355
ECAL	190	218
Filme	475	444
PET	402	461
PEAD	196	194
EPS	11	9
Plásticos Mistos	325	287
Aço	460	448
Alumínio	33	49
Pilhas & Acumuladores	2	1
Tampinhas	7	26
Plásticos mistos não embalagem	145	122
Verdes	903	894
Madeira	415	439



Retomas de Recolha Seletiva	2021	2022
Lâmpadas	4	2
REEE	450	469
OAU	51	46
TOTAL (ton)	14.015	14.596

Em 2022, as quantidades de resíduos recicláveis recuperados na unidade de tratamento mecânico dos resíduos indiferenciados e encaminhados posteriormente para os operadores licenciados, aumentaram 4,1% face ao ano 2021, de acordo com os dados da tabela seguinte.

Tabela 11 • Retoma de resíduos recicláveis recuperados no tratamento mecânico de resíduos indiferenciados no SGRU titulado pela AMRPB, em 2021 e 2022 (Toneladas).

Retomas de Tratamento Mecânico de RI	2021	2022
Aço embalagem	958	1.084
Metal TMB	260	276
Alumínio TMB	191	138
PET TMB	417	482
PEAD TMB	187	168
Filme TMB	1006	964
ECAL TMB	312	268
Outros plásticos	0	10
TOTAL (ton)	3.330	3.467

3.2.9. Meta PERSU 2020/2020+

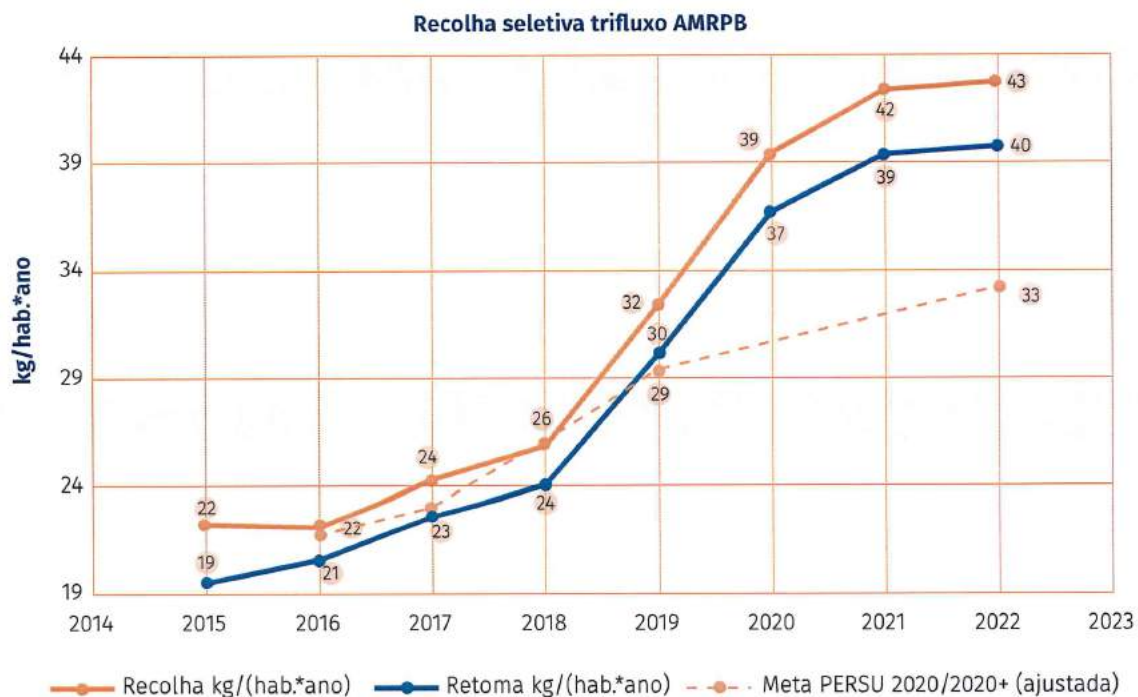
No ano de 2022 recolheram-se 13.940 toneladas de resíduos provenientes da recolha seletiva de resíduos de embalagens com origem nos 19 municípios que integram a AMRPB, o equivalente a 43 kg/habitante.

Assim, face ao ano transato, em 2022 o desempenho do SGRU da AMRPB na meta de retomas de recolha seletiva subiu perto de 1 kg/habitante, para um total de 40 kg/habitante, associado a um acréscimo de 108 toneladas: Figura 22.

O desempenho do SGRU naquela meta supera em 11 kg/habitante a meta nominal do PERSU 2020/2020+ para o horizonte de planeamento daqueles planos; e em 7 kg/habitante a meta nominal ajustada à produção de resíduos urbanos em 2022 face a 2012.

Apesar dos bons resultados alcançados, o potencial não-captado de recolha seletiva de resíduos de embalagens ascendia ainda a mais de 30 mil toneladas em 2022 (cerca de 70% do total), refletindo o papel ainda dominante das práticas de deposição misturada (indiferenciada) de resíduos urbanos nos municípios do SGRU do Planalto Beirão.

Figura 22 • Evolução do desempenho das retomas com origem em coleta seletiva no SGRU titulado pela AMRPB, entre 2015 e 2020.



3.2.10. Gestão de óleos alimentares usados (OAU)

No ano 2022 foram encaminhadas para reciclagem 46 toneladas de óleos alimentares usados por um operador de gestão de OAU licenciado para o efeito, através da rede de cerca de 300 oleões dispersos pela Região do Planalto Beirão.

Figura 23 • Serviço de Recolha de OAU

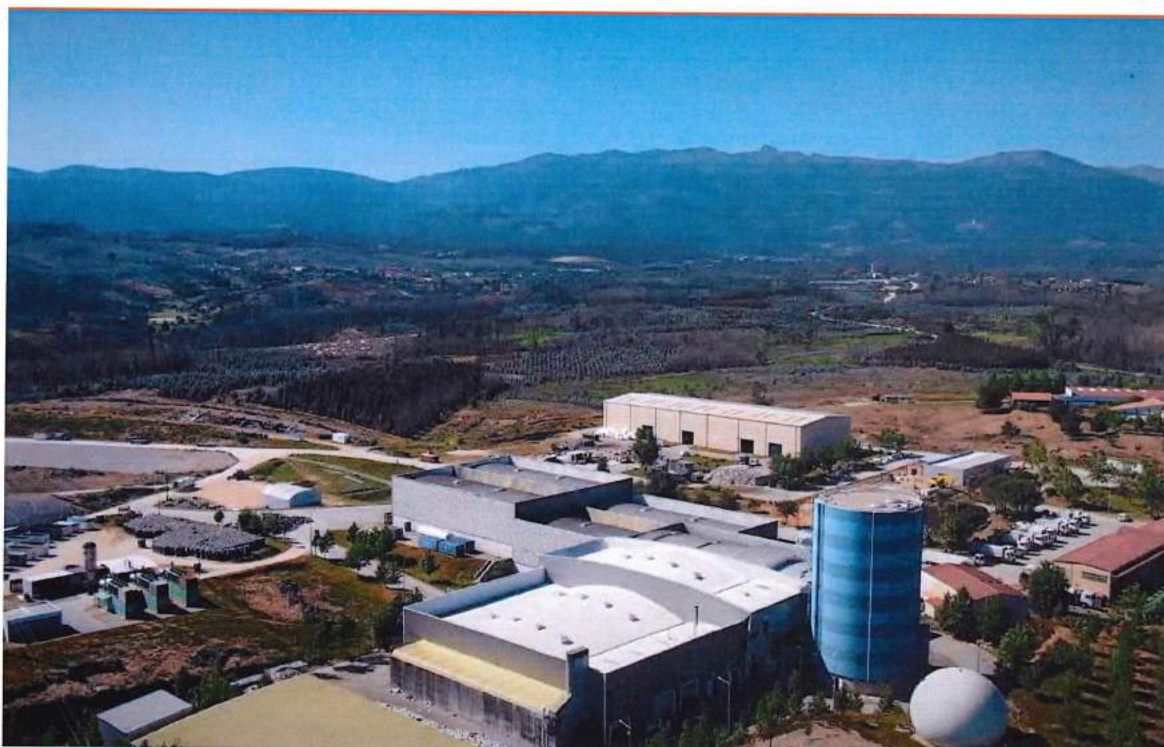


3.3. Tratamento Mecânico e Biológico (TMB)

O tratamento mecânico da AMRPB foi projetado para receber 130.000 toneladas/ano de resíduos urbanos indiferenciados provenientes dos 19 municípios da área geográfica do Planalto Beirão, sendo constituído por uma sequência de múltiplas operações unitárias que permitem a separação do material recolhido em vários fluxos. Pretende separar a matéria orgânica de quaisquer elementos não orgânicos, de modo a conseguir um material de qualidade que seguirá para o tratamento biológico na Central de Valorização Orgânica (CVO).

Os elementos não orgânicos resultantes do tratamento mecânico, nomeadamente, plásticos diversos, metais ferrosos e não ferrosos, papel/ cartão, são encaminhados para valorização.

Figura 24 • Tratamento Mecânico e Biológico



Em 2022, a Unidade de Tratamento Mecânico (UTM) do Planalto Beirão, que está dotada de equipamentos e tecnologia adequada para a moderna gestão de resíduos, processou 95.625,38 toneladas de resíduos urbanos provenientes da área de influência da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

A UTM em 2022 esteve em laboração mais dias do que no ano anterior. Este aumento de dias de trabalho e de horas de funcionamento contribuíram para um aumento dos resíduos processados, traduzindo-se em mais matéria orgânica disponível para a CVO e em mais resíduos valorizáveis.

Tabela 12 • Indicadores operacionais da unidade de TMB do CTRSU de Tondela, em 2022.

Indicador	Valor
Total de horas de funcionamento	3.295 h
Dias totais trabalhados	282
Operadores na cabine de triagem por dia, em média	14 operadores

Na tabela seguinte são apresentados e discriminados os valores de entrada e de saída de materiais da Unidade de Tratamento Mecânico (UTM), em 2022.

Tabela 13 • Entrada e saída de materiais da UTM.

Tratamento Mecânico de RU - Resumo Anual 2022			
Dados Gerais		Unid	Totais
Entradas	RSU	ton	95.625,38
Saídas	Rejeitado - Cabine	ton	2.412,46
	Rejeitado - Cais	ton	6.877,52
	Rejeitado -TMB	ton	67.468,12
	Rejeitado - Sem ID	ton	112,04
	Rejeitado - Polímeros	ton	0
	Total Material Rejeitado	ton	76.870,14
	Mistura Plásticos/Polímeros	ton	2.231,08
	Filme 1	ton	1.085,54
	Filme 2	ton	0
	TMB - Aço Embalagem	ton	834,66
	TMB - Aço Embalagem Finos	ton	193,4
	TMB - Metal	ton	281,92
	TMB - Alumínio	ton	34,92
	TMB - Alumínio Embalagem	ton	192,18
	TMB - Outros (PM Não Embalagem)	ton	20,64
	TMB - Baterias		0,55
	Total Saídas Mat. Potencial Valorização	ton	4.874,89
	Matéria Orgânica para CVO	ton	10.622,80

3.3.1. Central de Valorização Orgânica

A Central de Valorização Orgânica (CVO) foi dimensionada para receber 35.000 toneladas/ano de resíduos biodegradáveis, estimando-se uma produção anual de cerca de 9.000 toneladas de composto.

O processo de digestão anaeróbia permite decompor os componentes biodegradáveis dos RU e produzir biogás e composto orgânico. O biogás é utilizado para gerar eletricidade e o composto orgânico serve de fertilizante para diversos fins.

Na descrição do funcionamento da instalação importa salientar as seguintes unidades: digestão anaeróbia; circuito de biogás; pós-compostagem, afinação e armazenamento de composto; tratamento de ar e tratamento das águas do processo.



Em 2022, foram introduzidas no digestor da Central de Valorização Orgânica 10.622,90 toneladas de resíduos urbanos triados na Unidade de Tratamento Mecânico, que resultaram em 5.645,50 toneladas de composto afinado, das quais 414,00 toneladas foram armazenadas e 5.231,50 toneladas utilizadas para apoio à exploração (modelação do aterro sanitário).

Na tabela seguinte são apresentados, em valores médios, os principais resultados analíticos do processo de digestão anaeróbia, obtidos no laboratório da CVO.

A tabela seguinte apresenta e discrimina os valores da Central de Valorização Orgânica, para os principais parâmetros e processos, no ano de 2022.

Tabela 14 • Resumo anual dos processos desenvolvidos na CVO da unidade de TMB, em 2022.

Central de Valorização Orgânica - Resumo Anual 2022			
Processo	Parâmetro	Unidade	Total
Introdução	Resíduos sólidos triados	ton.	10.622,9
	Outros produtos	ton.	0
	Sucos prensados	m3	0
	Sucos filtrados	m3	0
	Vapor	m3	199,3
	Nível	m	19,8
	Volume	m3	3.362,4
	Temperatura	oC	38,3

Central de Valorização Orgânica - Resumo Anual 2022			
Processo	Parâmetro	Unidade	Total
Extração	Extração digerido	m3	9.475,7
	Suco tratado	m3	8.709,8
	Sucos prensados	m3	6.833,7
	Lixiviado ETAR	m3	32.797,3
Biogás	Produção biogás ¹	Nm3	1.307.088
	CH ₄	%	54,9
	H ₂ S	ppm	1.020
	CO	ppm	413,3
	CO ₂	%	44,7
	O ₂	%	0

1 - a produção de biogás não inclui o consumo interno na caldeira a vapor. Os valores de CH₄, H₂S, CO, CO₂ e O₂ são valores médios.

3.4. Resíduos Não Perigosos

A admissão de resíduos não perigosos em aterro, no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Planalto Beirão, é efetuada de acordo com os processos de determinação da admissibilidade e critérios de admissão de resíduos em aterro do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro.

Para o efeito, é disponibilizado ao produtor um formulário próprio para a identificação do produtor de resíduos, do transportador dos resíduos e para efetuar a caracterização básica dos resíduos que pretende eliminar. O formulário referencia também as análises que são necessárias apresentar, caso sejam devidas, e fornece uma minuta de declaração de não perigosidade de resíduos.

O Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Planalto Beirão recebeu e tratou, através da operação de gestão de resíduos D1- Eliminação em aterro, 14.332,04 toneladas de resíduos não perigosos, provenientes da deposição direta de 89 produtores e da deposição indireta de mais de uma centena de produtores, através dos operadores de gestão de resíduos licenciados para o efeito, da área de influência da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

A tabela seguinte apresenta e discrimina a quantidade de resíduos recebidos por código LER.

Tabela 15 • Resíduos não perigosos recebidos no CTRSU em 2022

Resíduos não perigosos recebidos no CTRSU em 2022		
Código LER	Designação	Total (Kg)
02 01 03	Resíduos de tecidos vegetais	36.020
02 01 04	Resíduos de plástico (excluindo embalagens)	300
02 02 03	Materiais impróprios para consumo ou processamento	99.580
02 05 01	Materiais impróprios para consumo ou processamento	2.820
03 01 05	Materiais impróprios para consumo ou processamento	26.620
03 01 99	Lamas de tratamento local de efluente	47.080
04 01 01	Resíduos das operações de descarna e divisão da tripa	22.900
04 01 08	Resíduos de pele curtida, contendo crômio	22.100
04 01 99	Resíduos de confecção e dos acabamentos	42.140
04 02 20	Lamas do tratamento local de efluentes, não abrangidas em 04 02 19	19.340
04 02 21	Resíduos de fibras têxteis não processadas	145.940
04 02 22	Resíduos de fibras têxteis processadas	9.060
07 02 99	Outros resíduos não anteriormente especificados	218.440
07 05 14	Resíduos sólidos não abrangidos e 07 05 13	196.070
10 11 03	Resíduos de materiais fibrosos à base de vidro	24.340
11 01 10	Lamas e bolos de filtração não abrangidos em 11 01 09	25.680
12 01 05	Aparas de matérias plásticas	16.480
12 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados	41.380
15 01 01	Embalagens de papel e cartão	4.180
15 01 05	Embalagens compósitas	149.500
15 01 06	Misturas de embalagens	466.440
15 02 03	Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção	80
16 01 19	Plástico	79.880
16 01 22	Componentes não anteriormente especificados	12.820
16 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados	159.780
19 08 01	Gradados	354.320
19 08 02	Resíduos de desarenamento	34.100
19 08 05	Lamas de tratamento de águas residuais urbanas	77.280
19 08 14	Lamas de outros tratamentos de águas residuais industriais	764.820
19 12 04	Plástico e borracha	615.900
19 12 12	Outros resíduos do tratamento mecânico de resíduos	8.849.040
20 01 01	Papel e cartão	2.240
20 01 02	Vidro	2.300
20 01 10	Roupas	866.240
20 01 11	Têxteis	11.860
20 01 39	Plásticos	6.860
20 03 01	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	871.050
20 03 07	Monstros	7.060
Total Geral 2022 (kg)		14.332.040

3.5 Confinamento técnico de resíduos em aterro sanitário

O Aterro sanitário da AMRPB é uma unidade de confinamento técnico que permite a deposição adequada dos resíduos sólidos urbanos que não são passíveis de valorização, sendo por isso considerada a última opção num sistema de gestão integrada de resíduos.



O aterro sanitário constitui um local projetado e preparado para a eliminação de rejeitados e frações resto de tratamento mecânico de resíduos, bem como outros resíduos sem qualquer potencial de valorização orgânica ou material, contemplando soluções de proteção ambiental e de saúde pública, como sejam: a impermeabilização dos fundos e dos taludes, sistemas de drenagem e tratamento de lixiviados e sistemas de captação de gases (biogás) para devido tratamento.

A área de confinamento técnico é constituída por duas células que por sua vez se encontram dísidas em alvéolos. A célula 1 encontra-se em exploração e em breve (abril de 2023) esgotará a sua capacidade de receção de resíduos, pelo que induziu a necessidade de alargamento do atual aterro, que corresponde à exploração de uma nova célula executada em terreno contíguo ao existente, com uma área aproximada de 4 hectares.

Figura 25 • Pormenor de selagem provisória e selagem definitiva do aterro sanitário.



Figura 26 • Área de ampliação da nova célula de confinamento técnico do aterro sanitário



Figura 27 • Terraplanagem da nova célula de confinamento técnico do aterro sanitário



Figura 28 • Impermeabilização da nova célula de confinamento técnico do aterro sanitário



3.6. Combustíveis Derivados de Resíduos

Em 2022 iniciou-se a implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos (CDR) a partir da trituração e secagem da fração resto do Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB). Este investimento, enquadrado pela operação POSEUR-03-1911-FC-000238, insere-se na estratégia da AMRPB para a transição para um modelo económico assente num paradigma tendencialmente circular – Economia Circular – e consubstancia um dos seus contributos, que acresce aos já implementados e a outros a implementar a curto e a médio prazo, para o alinhamento nacional quanto ao cumprimento do pacote legislativo da Economia Circular, no domínio da gestão de resíduos urbanos (RU).

A “fração resto” (FR) corresponde ao quantitativo dos RU sujeitos a pré-tratamento cuja composição não encontra destino de valorização. Trata-se, sobretudo, de refugos e rejeitados de Tratamento Mecânico e Biológico, mas também rejeitados de operações de triagem, isto é, trata-se de materiais sobrantes das operações de recuperação de valorizáveis (metal, plástico, orgânicos) recolhidos nos RU (seletivamente ou não) para os quais as atuais soluções tecnológicas de reciclagem não oferecem possibilidade de regresso à cadeia de valor económico, subsistindo a valorização energética como forma última de extração de valor em detrimento do confinamento técnico.

Com este projeto a AMRPB pretende, fundamentalmente, promover a valorização da fração resto das operações de tratamento integradas no SGRU, em especial a proveniente da unidade de tratamento mecânico, e minimizar a eliminação de resíduos urbanos em aterro. A dita valorização consubstancia-se

na conversão da fração resto num CDR com qualidade (granulometria e teor de humidade) compatível com o seu aproveitamento como combustível alternativo. Com a implementação da linha de CDR prevê-se o tratamento de 50.000 toneladas de resíduos (fração resto), dos quais 45.000 toneladas serão provenientes do rejeitado do tratamento mecânico e 5.000 toneladas de rejeitado proveniente da central de triagem de resíduos de embalagens e madeiras e colchões.

Figura 29 • Unidade de combustíveis derivados de resíduos do CTRSU da AMRPB.



3.7. Gestão de biorresíduos

Os biorresíduos constituem cerca de 40% dos resíduos urbanos recolhidos indiferenciadamente, o que representa um potencial significativo para aumentar as taxas de reciclagem e diminuir a deposição desses resíduos em aterro. Atualmente, a operação de valorização orgânica desenvolvida no SGRU da AMRPB circunscreve-se ao tratamento da matéria orgânica dos resíduos recolhidos indiferenciadamente, com uma capacidade de valorização orgânica instalada ao nível da Central de Valorização Orgânica da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico de 35.000 toneladas de resíduos/ano.

Deste modo, e considerando o potencial de valorização dos biorresíduos recolhidos seletivamente, a AMRPB e a Ecobeirão pretendem expandir e diversificar a capacidade de valorização de biorresíduos através da instalação de um parque de compostagem vocacionado para o tratamento dos biorresíduos provenientes da recolha seletiva, aumentando a capacidade instalada de valorização orgânica para perto de 50 000 toneladas de resíduos /ano.

Neste sentido, a Ecobeirão está a executar um investimento de adaptação da linha de Tratamento Mecânico da unidade de TMB e a levar a cabo a construção do parque de compostagem, incluído na operação POSEUR-03-1911-FC-000348, com um valor de investimento de 3.743.534 EUR.

No que diz respeito à meta de deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro, a eficiência da Central de Valorização Orgânica do SGRU é importante, e como tal, o contínuo investimento na melhoria do seu desempenho, inclusivamente no quadro das vantagens e exigências específicas da adoção futura de uma estratégia de recolha seletiva de biorresíduos, darão seguimento ao esforço da Ecobeirão em incrementar o contributo da valorização da fração orgânica dos resíduos urbanos na diminuição da sua deposição em aterro e na potenciação do seu valor na bioeconomia.

Figura 30 • Futuro parque de compostagem de biorresíduos



3.8. Projeto BioBairros – da Terra à terra

A implementação do projeto “Biobairros - da Terra à Terra” teve início em outubro de 2021, prolongando-se até 14 de março 2022, data em que foi realizado o Webinar Técnico Científico sobre o tema “Biorresíduos e Compostagem” no qual se procedeu à apresentação dos resultados preliminares e se realizou o encerramento do projeto. O projeto visou promover o aproveitamento de biorresíduos pelo próprio produtor (compostagem doméstica) disponibilizando 400 compostores domésticos, distribuídos pelos 17 municípios aderentes, que permitam a reciclagem na origem de biorresíduos gerados pela comunidade.



O Webinar “Biorresíduos e Compostagem” contou com a participação de especialistas, onde se apresentou a virtuosidade da compostagem, explicitando as práticas e as tecnologias subjacentes à compostagem como opção sustentável para a valorização dos resíduos orgânicos produzidos e demonstrando as técnicas de utilização do composto como corretivo orgânico com elevado potencial na agricultura e jardinagem.



3.9. Monitorização do CTRSU do Planalto Beirão

O Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU) do Planalto Beirão dispõe, no âmbito da sua atividade, de um plano de monitorização envolvendo as diversas instalações que o constituem.



3.9.1. Monitorização da Unidade de Confinamento Técnico de RU

A avaliação do estado da Unidade de Confinamento Técnico (UCT) do CTRSU de Tondela é efetuada através da monitorização da superfície e volume ocupados pelos resíduos depositados no aterro sanitário.

Tabela 16 • Superfície e volume ocupados pelos RU na Unidade de Confinamento Técnico do CTRSU de Tondela, 2022.

Indicador	2021	2022
Área total ocupada (m2)	123.560	123.560
Volume total ocupado (m3)	2.279.126	2.355.108
Volume ocupado em 2022 (m3)	66.994	75.981

Face às quantidades registadas no ano de 2021 verifica-se que a variação na quantidade total de resíduos depositados em aterro foi pouco significativa, embora se tenha registado uma diminuição de 34% na deposição direta de resíduos indiferenciados, justificada pelo levantamento das restrições ao tratamento de resíduos urbanos indiferenciados na unidade de TMB prescritas pelas orientações formuladas pela Autoridade Nacional de Resíduos (APA, IP) no quadro da pandemia do SARS-CoV-2. Em contrapartida, registou-se um aumento de 18% na deposição de resíduos não perigosos e de resíduos provenientes da recolha de resíduos específicos.

Tabela 17 • RU depositados na Unidade de Confinamento Técnico (UCT) do CTRSU de Tondela, em 2021 e 2022

Resíduos AS	RSU	RIB	Refugo triagem	Rejeitado TMB	Círculo monstros	Madeiras e colchões	Outros	TOTAL
2021	29.417	12.132	2.241	69.389	80	1.661	1.016	115.815,44
2022	19.276	14.340	2.347	76.870	679	1.315	979	115.805,38
Variação (%)	-34%	+18%	+5%	+11%	+749%	-21%	-4%	-0,009%

3.9.2. Controlo de lixiviados e efluente tratado

Na tabela seguinte está registada a quantidade de lixiviado tratado na ETAL, bem como a quantidade de efluente tratado (permeado) posteriormente descarregado no meio natural.

Tabela 18 • Quantificação do lixiviado afluente ao tratamento de osmose inversa (OI) e respetivo efluente descarregado, em 2022.

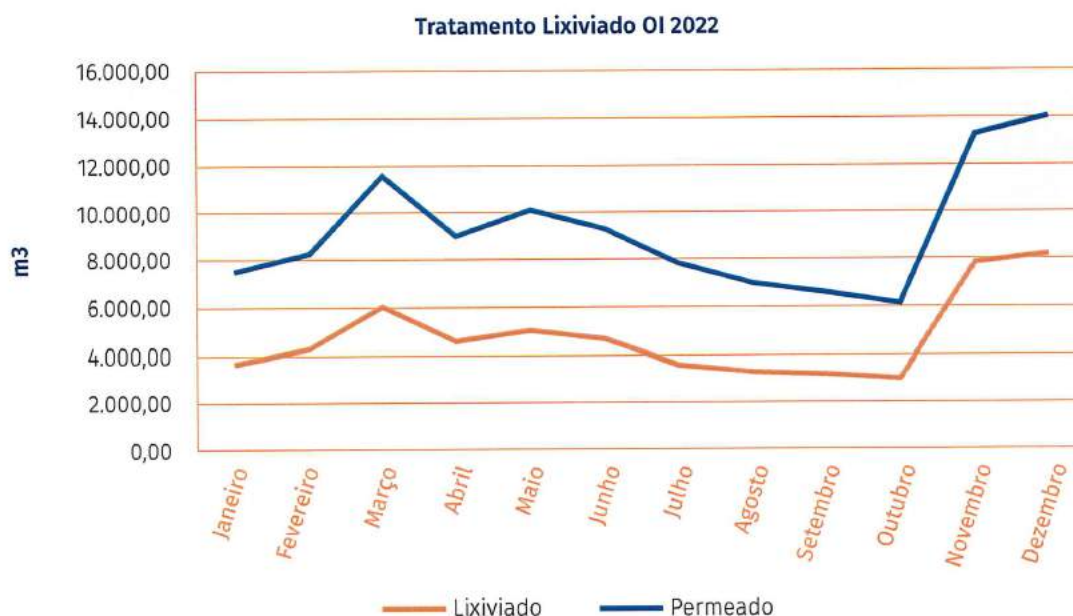
2022	Lixiviado (m3)				Permeado (m3)			
	OI1 - OI12.200	OI 2- OI17.200	OI3 - OI21.120	Total	OI 1	OI 2	OI 3	Total
Janeiro	3.523,80	3.944,40	0,00	7.468,20	1.851,70	1.831,40	0,00	3.683,10
Fevereiro	3.867,80	4.034,80	312,40	8.215,00	2.212,00	1.862,80	174,10	4.248,90
Março	4.101,10	5.171,40	2.261,20	11.533,70	2.288,60	2.443,50	1.292,40	6.024,50
Abril	2.575,90	5.174,90	1.252,30	9.003,10	1.71,90	2.437,10	763,60	4.572,60
Maio	4.616,30	4.377,60	1.097,10	10.091,00	2.364,40	2.079,00	566,30	5.009,70
Junho	3.412,80	5.098,80	772,60	9.284,20	1.776,70	2.474,80	414,20	4.665,70
Julho	2.585,20	5.239,40	0,00	7.824,60	1.226,70	2.386,40	0,00	3.613,10
Agosto	1.655,50	5.338,80	0,00	6.994,30	822,80	2.493,50	0,00	3.316,30
Setembro	2.826,50	3.737,80	0,00	6.564,30	1.363,10	1.868,10	0,00	3.231,20
Outubro	2.302,70	3.702,40	132,00	6.137,10	1.111,50	1.820,80	62,80	2.995,10
Novembro	4.764,80	5.342,90	3.174,60	13.282,30	2.886,50	3.107,60	1.818,00	7.812,10
Dezembro	4.826,40	5.711,50	3.479,90	14.017,80	2.926,60	3.272,80	1.981,10	8.180,50
TOTAL	41.058,80	56.874,70	12.482,10	110.415,60	22.202,50	28.077,80	7.072,50	57.352,80

O tratamento do lixiviado efetuado nas Unidades de Osmose Inversa apresentou, em 2022, um rendimento de tratamento de 52%.



Em termos gráficos, podemos observar a relação entre a quantidade de lixiviado que chega às unidades de Osmose Inversa (OI) para tratamento e a quantidade de efluente tratado (permeado) que efetivamente é descarregado no meio natural.

Figura 31 • Relação entre a quantidade de lixiviado e a quantidade de permeado



Para verificação do cumprimento dos requisitos legais é realizado um rigoroso controle analítico, por laboratório externo, com periodicidade mínima mensal e obedecendo ao plano de monitorização imposto pela licença de exploração/Licença Ambiental do aterro. No âmbito do plano de monitorização são realizadas de igual modo, análises ao lixiviado.

O lixiviado constitui um efluente líquido proveniente da degradação dos resíduos e da percolação da água na massa de resíduos confinada, e que possui as características apresentadas na tabela seguinte.

Tabela 19 • Características do lixiviado

Lixiviado - 2022	Unidades	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Azoto amoniacal	g O ₂ /L	3,9	3	2,7	4,7	2,2	1,1	6,2	2,4	2,4	1,5	0,91	3,7
Cloreto	g Cl/L	3,9	3,8	2,7	5,2	4,9	4,8	5,8	5,8	6	5,8	1,6	5,7
Condutividade	mS/cm (25°C)	27	20	19	35	29	39	54,1	33	20	12	8,2	19
Carência química de oxigênio	g O ₂ /L	31	10	7,4	15	13	17	25	8,4	9	4,4	2,7	9,3
pH	E.Sorens.	8,1	8,2	8,2	8,2	8,1	8,3	8,2	7,2	8,3	8,5	8,4	8,1

Devido ao seu potencial poluente, este efluente é encaminhado para tratamento na ETAL, do qual resulta um efluente tratado com características adequadas para ser descarregado na linha de água.

Figura 32 • Lagoas de lixiviado



Figura 33 • Lagoa de água tratada



Figura 34 • Descarga da água tratada

3.9.3. Controlo de qualidade das águas superficiais

A amostragem ao meio hídrico superficial, a montante e jusante da zona de implantação do aterro, permite avaliar o seu possível impacto ambiental sob o meio hídrico superficial.

Para o efeito, são monitorizados dois pontos, um a montante e outro a jusante do ponto de descarga das águas residuais provenientes da ETAL, com uma periodicidade trimestral e de acordo com o preconizado na Licença Ambiental da instalação.

Tabela 20 • Resultados da monitorização da água superficial a montante e a jusante do ponto de descarga

2022	março 22		junho 22		setembro 22		dezembro 22	
Ribeiro do Vale	Montante	Jusante	Montante	Jusante	Montante	Jusante	Montante	Jusante
pH	6,1	6,4	6	6,2	6	6,1	6,4	6,6
Condutividade	67,7	104	76,6	89,5	111	133	85,2	120
Cloretos	10	13	11	13	16	18	6,6	8
Sulfatos	2,5	5,8	2,5	2,5	5,4	28	0,25	0,25
Oxigénio Dissolvido	9,1	9,3	7,6	7,1	8,1	8,3	8,9	8,9
Fosfatos	0,094	0,12	0,005	0,005	0,005	0,005	0,039	0,13
Nitratos	6,8	14	8,4	10	18	21	4,4	8
Azoto Amoniacal	0,11	0,26	0,22	0,15	0,22	0,16	0,025	0,31

2022	março 22		junho 22		setembro 22		dezembro 22	
Ribeiro do Vale	Montante	Jusante	Montante	Jusante	Montante	Jusante	Montante	Jusante
Carbono Orgânico Total	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Carência Bioquímica de Oxigênio	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
Carência Química de Oxigênio	5	5	5	5	5	5	5	5
Sólidos Suspensos Totais	1,5	1,5	1,5	1,5	3	11	1,5	1,5
Óleos e gorduras	0,034	0,019	0,005	0,005	0,013	0,013	0,051	0,029
Cobre	0,00038	0,00067	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005
Zinco	0,0052	0,0081	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005
Fenóis	0,0025	0,0025	0,0025	0,0025	0,0025	0,0025	0,0025	0,0025
Arsênio	0,00007	0,00028	0,00008	0,00013	0,00022	0,00022	0,0001	0,00029
Crômio Total	0,00014	0,00027	0,0025	0,0025	0,0025	0,0025	0,0025	0,0025
Cádmio	0,000005	0,00002	0,0005	0,0005	0,0005	0,0005	0,0005	0,0005
Mercúrio	0,00015	0,00015	0,00015	0,00015	0,00015	0,00015	0,00015	0,00015
Chumbo	0,00005	0,00005	0,0015	0,0015	0,0015	0,0015	0,0015	0,0015
Níquel	0,0009	0,0016	0,0025	0,0036	0,0025	0,0025	0,0025	0,0025
Potássio	1,12	3,59	1,6	2,8	5,1	8,1	0,64	1,9

3.9.4. Energia produzida – Central de Valorização Energética

Durante o ano de 2022, foi produzida energia elétrica na Central de Valorização Energética (CVE), através da combustão de biogás proveniente da decomposição de resíduos orgânicos no aterro sanitário e do processo de digestão anaeróbia da CVO. A energia produzida é vendida à rede pública.

Tabela 21 • Energia produzida na CVE do CTRSU de Tondela, em 2021 e 2022.

Ano	Energia elétrica (MWh)	
	2021	2022
Janeiro	680	710
Fevereiro	642	583
Março	665	734
Abril	611	703

14

Ano	Energia elétrica (MWh)	
	2021	2022
Maio	629	673
Junho	576	699
Julho	599	654
Agosto	582	648
Setembro	597	678
Outubro	566	604
Novembro	582	646
Dezembro	614	655
Total anual	7.343	7.990

Figura 35 • Central de valorização energética



Tabela 22 • Origem do biogás valorizado na CVE do CTRSU de Tondela, em 2022.

Origem da energia CVE	Biogás (m3)	Energia vendida (MWh)	%
Aterro Sanitário	2.154.604	6.239	75%
CVO	1.307.077	1.104	25%
Total	3.461.681	7.343	100%



3.9.3. Monitorização Ambiental de lixeiras municipais seladas

Desde que as lixeiras municipais foram encerradas tecnicamente (ano 2000), a AMRPB executa a sua monitorização ambiental.

A metodologia de monitorização ambiental das lixeiras encerradas baseia-se na caracterização das suas principais emissões (biogás e águas), assim como do seu impacto no meio hídrico envolvente.

A análise físico-química das águas subterrâneas recolhidas nos piezómetros, das águas recolhidas nos poços de retenção/lixiviados e das águas superficiais nos pontos definidos como montante e jusante das lixeiras, é realizada de acordo com os parâmetros definidos no “Programa Base de monitorização das Lixeiras” previsto nas Normas e Especificações Técnicas da Agência Portuguesa do Ambiente – Manutenção e monitorização Ambiental das Antigas Lixeiras Encerradas.

3.10. Comunicação e Sensibilização ambiental

Os dois últimos anos (2021 e 2022), ficaram marcados por um enorme investimento na área da comunicação e sensibilização ambiental. O Plano de Sensibilização e Educação Ambiental (PSEA) - “Ideia com Futuro – Reciclar no Planalto Beirão”, permitiu realizar um conjunto de ações de grande abrangência e impacto junto da população, com efeitos visíveis ao nível da adesão da população à separação de resíduos para reciclagem.

Depois de, numa primeira fase, se ter dotado as pessoas de meios para procederem à separação em contexto doméstico, com a distribuição de 100.000 “Eco-bags”, este último ano ficou marcado por diversas ações em contexto escolar e também junto da população em geral, com o reforço do apelo a uma mudança de comportamentos, potenciadores de uma transição para uma economia tendencialmente circular.

O ano de 2022 fica também associado a um reforço da presença da AMRPB, ao nível dos meios de comunicação digitais, nomeadamente nas redes sociais, que são hoje um meio de comunicação de importância globalmente reconhecida.

Para além das ações previstas no PSEA, foram ainda desenvolvidas outras iniciativas complementares, que solidificaram a presença da AMRPB junto da comunidade.

Segue-se um resumo das ações mais relevantes, realizadas durante o ano de 2022.

3.10.1. Implementação de ação de sensibilização itinerante

A viatura de sensibilização itinerante da AMRPB, iniciou a sua atividade em abril de 2021 e durante 18 meses, percorreu os 19 municípios associados, recebendo um total de 26.000 visitantes.



Durante este período de tempo os agentes de sensibilização da viatura itinerante realizaram diariamente ações em escolas e locais públicos, com o objetivo de promover a adoção de boas práticas de separação, através da dinamização de um conjunto de iniciativas lúdico-pedagógicas.

Aviatura esteve dotada de diversos equipamentos multimédia, com conteúdos interativos sobre a problemática dos resíduos sólidos urbanos, as regras de separação e deposição de resíduos recicláveis, a cadeia de valorização e o futuro da Economia Circular, com diversos vídeos, infografias e jogos lúdico-pedagógicos.

Esta foi, sem dúvida, uma das ações mais importantes do nosso Plano de Educação e Sensibilização e Educação Ambiental (PSEA), quer pela sua abrangência territorial, quer pelo impacto que teve no seu público-alvo, sobretudo ao nível da comunidade escolar.



3.10.2. Sessões participativas nas escolas

Ainda no âmbito do PSEA, no mês de maio, foram realizadas 32 “Sessões Participativas” em escolas do Planalto Beirão, que contaram com a participação de cerca de 600 alunos.

Estas ações marcaram mais um momento de aproximação da AMRPB aos alunos e professores das escolas dos municípios abrangidos, sendo que a comunidade escolar foi desde sempre um dos nossos públicos-alvo preferenciais.

Nesta iniciativa os agentes implementaram um conjunto de atividades com a finalidade de estimular o público escolar à prática da separação seletiva de resíduos recicláveis de papel/cartão, vidro, plástico e metal.

Em cada sessão participativa, constituída por uma apresentação na sala de aula, seguida de jogos didáticos, os alunos tiveram a oportunidade de ficar a conhecer mais sobre o tema da reciclagem e da economia circular.

No final das sessões e de forma a dar continuidade à separação de resíduos, foi distribuído aos alunos e docentes um guia pedagógico para consulta.



3.10.3. Concurso interescolar

Com o "Concurso Interscolar", lançamos às escolas da região o desafio de desenvolverem campanhas de sensibilização ambiental diferenciadoras e com impacto na comunidade escolar. Os alunos do 1º e 2º ciclo, aceitaram o desafio e deram asas à imaginação, ao mesmo tempo que refletiram sobre a importância da preservação do meio ambiente no nosso futuro e a forma de poderem contribuir para a construção de uma sociedade mais sustentável.

Foram apresentados inúmeros projetos de elevada qualidade, que dificultaram a seleção por parte do nosso júri e culminaram com a entrega de prémios aos vencedores.



CONCURSO INTERESCOLAR

"RECICLAR NO PLANALTO BEIRÃO"

CONVITE

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) tem o prazer de convidar (toda) a participar no concurso interscolar "Reciclar no Planalto Beirão", dirigido aos alunos do 1º e 2º ciclo do ensino básico.

Este concurso tem como propósito sensibilizar e promover a troca de ideias sobre a temática da reciclagem dos resíduos de embalagens.

Contamos com a vossa participação!

1.000€ EM PRÉMIOS*
EM MATERIAL ESCOLAR

A inscrição no concurso é feita em formulário e pressupõe a aceitação do respetivo regulamento.

Consulte o regulamento e inscreva-se até ao dia **06 de maio de 2022**, em <https://www.reciclar.no.planaltobeirao.pt/acoes/concurso-interescolar/>

O concurso decorrerá entre os dias **24 de maio e 06 de junho de 2022** e serão atribuídos prémios aos três primeiros classificados.

Co-financiado por

POS-UR
Programa Operacional da Região do Planalto Beirão

PORTUGAL 2020
Fundo de Desenvolvimento Regional

UNião Europeia
Fundo de Crescimento

PLANALTO BEIRÃO



3.10.4. Divulgação de resultados ao nível da reciclagem

Após os excelentes resultados obtidos ao nível da reciclagem no ano de 2021 era importante divulgar estes números, de modo a agradecer à população e motivar para a continuidade deste ciclo de crescimento. Nesse sentido, foi produzido um folheto de divulgação de resultados, posteriormente enviado por via postal para todos os domicílios e estabelecimentos comerciais dos 19 municípios, durante o mês de maio. Foram distribuídos 225.000 folhetos no âmbito desta ação.



3.10.5. Workshops para produtores não domésticos

Com o objetivo de sensibilizar o sector do comércio e serviços para a importância da correta gestão dos resíduos produzidos e a importância da reciclagem de resíduos de embalagens para a sustentabilidade ambiental e económica da região, foram realizados três Workshops sobre esta temática.

De modo a envolver o máximo de participantes, realizou-se um evento por distrito, nomeadamente em Oliveira do Hospital (Coimbra), Seia (Guarda) e Tondela (Viseu).

Esta iniciativa, desenvolvida no âmbito do plano de sensibilização e educação ambiental (PSEA), contou com a participação dos três municípios associados, associações locais e ainda da Sociedade Ponto Verde, que se fez representar nos três eventos.

Os participantes puderam participar nos workshops de forma presencial e também online, através de transmissão em direto pela nossa página do Facebook.



3.10.6. Concurso Montras Ecológicas

Dando continuidade a uma iniciativa já desenvolvida em 2021, no mês de dezembro decorreu a segunda edição do “Concurso de Montras Ecológicas”.

Este concurso, dirigido aos estabelecimentos comerciais dos 19 municípios associados, teve como objetivo sensibilizar para a reutilização de materiais e estimular o espírito criativo e artístico dos participantes.

Aproveitando a quadra natalícia para atrair a atenção dos consumidores e desta forma contribuir para a dinamização do comércio local, os comerciantes foram desafiados a fazerem o seu estabelecimento distinguir-se dos demais, com decorações feitas a partir de materiais reutilizados.

Nesta segunda edição apresentaram-se a concurso 23 estabelecimentos comerciais, com propostas de grande qualidade artística e excelentes exemplos de reutilização de materiais.



3.10.7. Ações de sensibilização e eventos

No âmbito do Plano de Sensibilização e Educação Ambiental (PSEA) - “Ideia com Futuro – Reciclar no Planalto Beirão”, realizaram-se ações de sensibilização ambiental em superfícies comerciais e diversos eventos na região.

Ao nível das superfícies comerciais, estivemos presentes no Palácio do Gelo Shopping, durante quatro fins de semana, com um stand e dois agentes de sensibilização. Durante estes dias foi possível interagir com cerca de 1.350 pessoas que tiveram oportunidade de testar os seus conhecimentos acerca da reciclagem e ganhar um prémio de participação.



14

Nos meses de Verão, a viatura itinerante e respetiva equipa de sensibilização, esteve presente em vários eventos nos municípios associados. Nomeadamente a ExpOH em Oliveira do Hospital, a FICTON em Tondela e a Feira de S. Mateus em Viseu.

Estes eventos possibilitaram o contacto com milhares de pessoas da área de abrangência da AMRPB e o reforço da mensagem sobre a importância da reciclagem, num contexto de sustentabilidade e de futuro.





3.10.8. "Planalto Beirão 100 Dúvidas"

Através de uma parceria com o Jornal do Centro, iniciou-se a produção de uma série de vídeos informativos, denominada "Planalto Beirão 100 Dúvidas".

Esta ação tem como objetivo dar uma perspetiva mais próxima dos serviços que prestamos e esclarecer algumas dúvidas que persistem ao nível da forma correta de lidar com os resíduos que produzimos.

Os vídeos produzidos apresentam uma abordagem realista da nossa atividade, com os testemunhos dos nossos colaboradores a darem um toque mais humano à nossa instituição, aproximando-a dos utilizadores.

A difusão é feita através das plataformas digitais do Jornal do Centro e também nas nossas redes sociais, de modo a maximizar o alcance da ação.

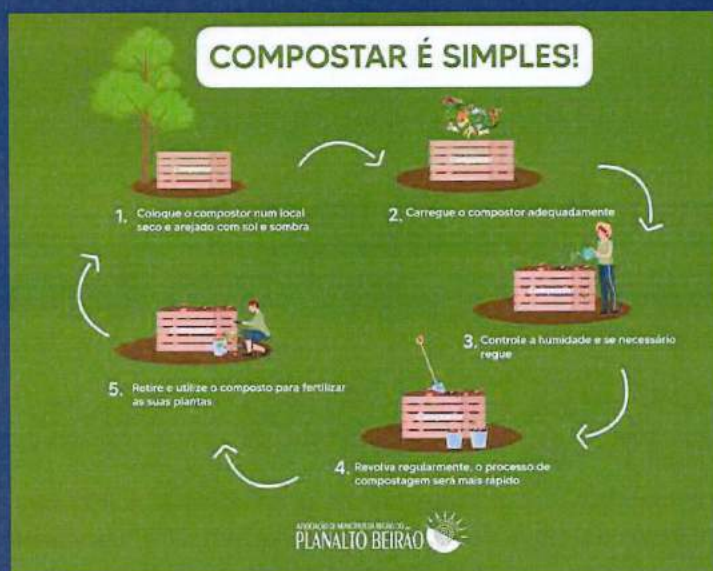


3.10.9. Redes Sociais

As redes sociais têm assumido, ao longo do tempo, um papel de crescente relevância enquanto meios de comunicação de massas. A sua presença a uma escala quase global, no quotidiano das pessoas, faz com que empresas e instituições canalizem cada vez mais recursos para estes canais de comunicação.

Acompanhando esta tendência, temos vindo a reforçar a nossa presença a este nível, com um aumento de publicações e ações que potencializem o aumento de seguidores e a alcance da nossa comunicação.

A título de exemplo, durante o ano de 2022, conseguimos aumentar o número de visitas à nossa página de Facebook em 87% e o número de seguidores em 32%.



3.10.10. Planalto Beirão - Boletim informativo

Produzido desde 2002, o Boletim Informativo da AMRPB continua a ser um importante meio de comunicação e divulgação da atividade desenvolvida por esta instituição.

Com uma tiragem de 1.000 exemplares e publicação trimestral, o nosso boletim informativo é distribuído por Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Escolas e empresas do sector.

Figura 36 • Edição de dezembro de 2022 do Boletim Informativo do Planalto Beirão.



3.10.11. Protocolos de Colaboração – Recolha de tampinhas

Ao longo dos últimos anos, a reciclagem de tampas de plástico tem vindo a ser associada, a nível nacional, a um espírito de solidariedade e ajuda a pessoas com doenças ou necessidades especiais.

Este é um projeto que visa a conversão de tampas de plástico em contrapartidas financeiras para ajudar as famílias de crianças com necessidades especiais, a fazer face a tratamentos ou outras despesas inerentes à doença e melhorar a qualidade de vida destas crianças.

A AMRPB associou-se a vários projetos desta natureza e já entregou vários donativos no âmbito destas campanhas a crianças da região.

No dia 7 de dezembro, no auditório do Centro de Tratamento de Tondela, o conselho de administração, procedeu à entrega de dois donativos à família do Daniel e da Mafalda, duas crianças com necessidades especiais, residentes na nossa área de abrangência.



3.10.12. Campanha solidária – “Separar para Ajudar”

A campanha solidária – “Separar para Ajudar” é uma ação desenvolvida no âmbito do PSEA que visou associar o aumento das quantidades de resíduos encaminhados para reciclagem a um valor monetário por tonelada, valor esse que seria depois entregue, sob a forma de donativo, a uma instituição de solidariedade social da região.

A Vários – Cooperativa de Solidariedade Social, instituição sediada no município de Tondela, que desenvolve um importante trabalho ao nível do apoio e integração de pessoas com necessidades especiais, foi a escolhida para ser beneficiada com o valor de 2.820,00€ referente à campanha.

O donativo foi assim entregue pelo Conselho Executivo da AMRPB à instituição, no dia 14 de dezembro de 2022, no âmbito do evento de apresentação de resultados da operação POSEUR-03-1911-FC-000075, realizado nas nossas instalações.



3.10.13. Apresentação de resultados PSEA | POSEUR

Para assinalar a conclusão do Plano de Sensibilização e Educação Ambiental (PSEA), no dia 14 de dezembro de 2022, realizou-se um evento de apresentação dos resultados obtidos no âmbito da operação POSEUR – 03-1911-FC-000075.

As diversas intervenções, operadas no âmbito desta candidatura, tiveram um enorme impacto na gestão dos resíduos produzidos no Planalto Beirão e dotaram o nosso sistema dos recursos essenciais para se colocar a um nível de referência neste sector.

Nesta sessão, que contou com a presença dos autarcas dos 19 municípios associados e instituições envolvidas no processo, foram divulgados os resultados decorrentes dos investimentos realizados, com especial enfoque nas metas de reciclagem, que superaram o previsto para a região.

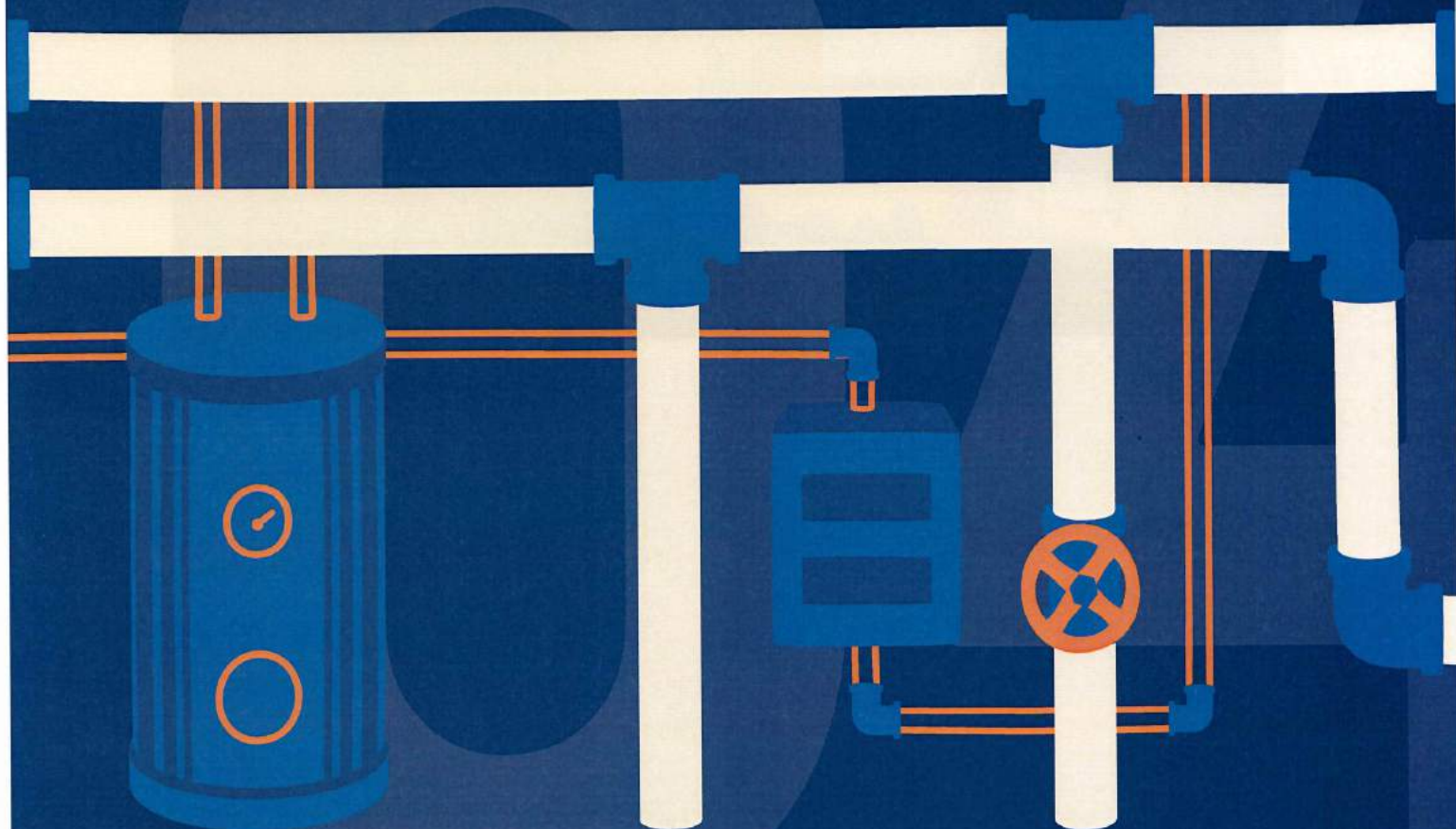
Durante o evento, foi ainda feita uma apresentação das atividades, desenvolvidas no âmbito do PSEA, no decorrer dos 18 meses da sua duração.



04



**Abastecimento de água aos
Municípios de Carregal do
Sal, Mortágua, Santa Comba
Dão, Tábua e Tondela.**



O abastecimento e distribuição de água aos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela é assegurado através da concessão daquele serviço público, pela AMRPB, à empresa Águas do Planalto, SA (grupo AQUAPOR).

4.1. Aspectos técnicos

4.1.1. Volume de água captada

A concessionária captou em 2022 um volume de 3.456.478 m³

Figura 37 • Volume de água captada em 2022.



A Concessionária obtém praticamente a totalidade da água distribuída das captações existentes. Somente para o abastecimento da localidade de Venda da Esperança (Tábua) é necessário comprar água ao município de Oliveira do Hospital.

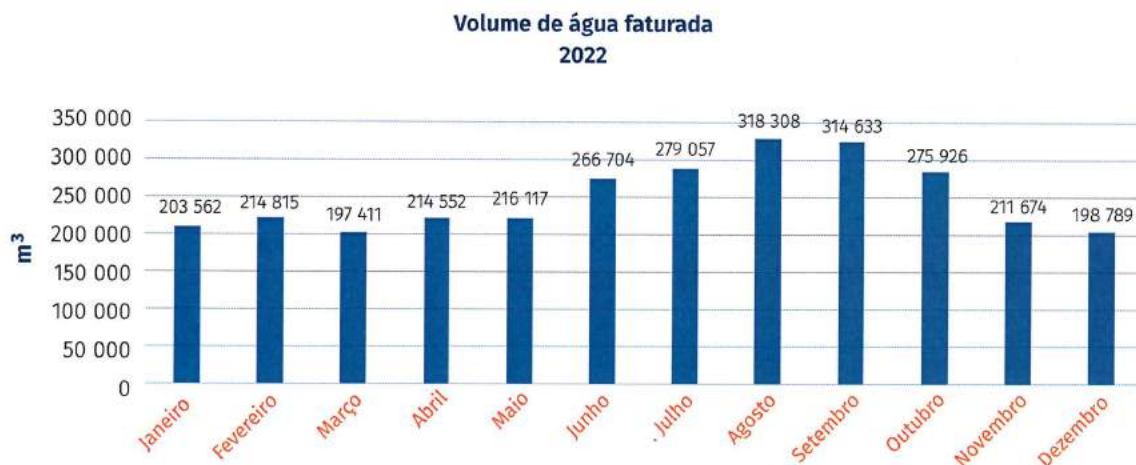
2022	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total	Peso (%)
Volume de água captada	253.246	222.375	232.313	249.386	293.920	284.812	365.876	373.596	301.414	294.050	248.793	336.697	3.456.478	99,7
Volume de água comprada	1.052	987	1.087	983	1.098	1.126	1.229	878	908	877	784	800	11.809	0,3
Volume de água distribuída	254.298	223.362	233.400	250.369	295.018	285.938	367.105	374.474	302.322	294.927	249.577	337.497	3.468.287	—

Handwritten signature and number 14

4.1.2. Volume de água faturada

A concessionária faturou 2.911.548 m³ de água.

Figura 38 • Volume de água faturado em 2022.



4.1.3. Detalhe do volume de água faturada

Os Utilizadores Domésticos têm um peso de 90% no conjunto total de contratos existentes, e um peso de 70% no volume de água vendido.

Tabela 23 • Decomposição do volume de água faturada em 2022, por tipologia de consumo

Tipo de Cliente	Volume vendido (m3)	Peso no Total (%)	N.º de Clientes	Peso no Total (%)	Consumo médio mensal (m3)
Doméstico	2.030.333	70	32.318	90	5.24
Não doméstico	881.214	30	3.747	10	19.60
Total	2.911.547	----	36.065	----	6.73

O concelho de Tondela apresenta o maior peso relativo no volume faturado e do número de utilizadores.

O Concelho de Mortágua apresenta o índice de “consumo médio” mais elevado da área de concessão.

Tabela 24 • Distribuição geográfica do volume de água faturado em 2022.

Distribuição geográfica do consumo	Volume vendido (m3)	Peso no Volume vendido (%)	N.º de Clientes	Peso de clientes (%)	Consumo Médio Mensal (m3)
Carregal do Sal	409.605	14,1	5.747	15,9	5,94
Mortágua	634.908	21,8	5.364	14,9	9,86
Santa Comba Dão	497.708	17,1	6.329	17,5	6,55
Tábua	448.923	15,4	6.413	17,8	5,83
Tondela	920.403	31,6	12.212	33,9	6,28
Total	2.911.547	-----	36.065	-----	6,73

4.1.4. Nível de água não faturada

No ano 2022 registámos uma diminuição da 0,32 p.p. na “% água não faturada”:

Tabela 25 • Apuramento do volume de água não faturado em 2022.

Volume de água (m3)	2020	2021	2022	Var. 8%
Água Tratada (captada + comprada)	3.389.064	3.399.254	3.468.287	2,0
Água vendida	2.839.516	2.858.853	2.911.547	1,8
Água Não Faturada (%)	16,2	15,9		(-0,2 p. p.)

No grafico abaixo podemos observar a evolução da “% de água faturada” de 2019 a 2022:



Handwritten signature and date 24/11

4.1.5. Número de utilizadores

Em 2022 a concessionária registou um crescimento de 0,7% no n.º de utilizadores, mais 261 utilizadores, face ao ano anterior.

No gráfico seguinte podemos verificar a evolução do n.º de utilizadores:

Figura 39 • Evolução do número de utilizadores de 2020 a 2022.



4.1.6. Número de ramais executados

A Concessionária faturou 121 ramais domiciliários.

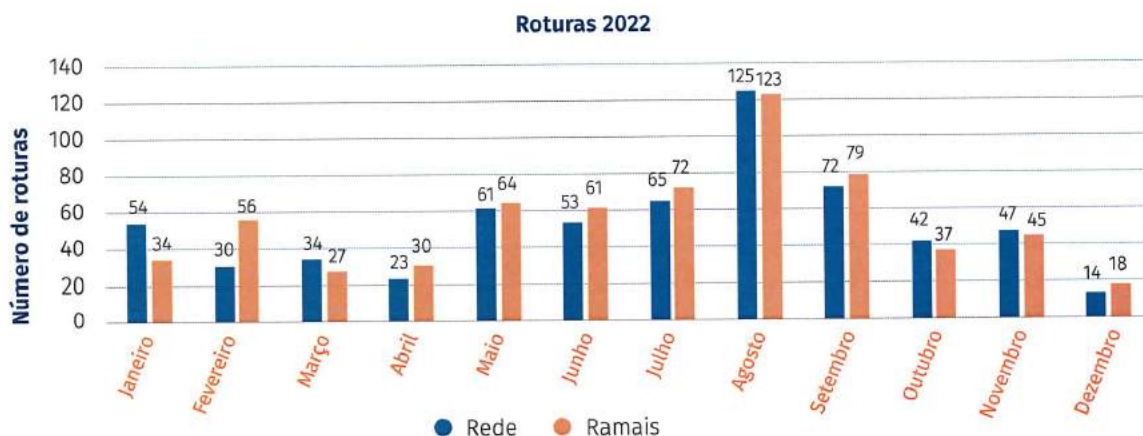
Figura 40 • Número de novos ramais domiciliários executados em 2022.



4.1.7. Interrupções acidentais de fornecimento

Foram registadas 1.266 interrupções de fornecimento acidentais ao longo do ano 2022. O Município de Tábua mantém-se como o local de maior índice de ocorrências, representando 34% das reparações.

Figura 41 • Roturas registadas em 2022.



4.1.8. Evolução da qualidade da água distribuída

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água em conformidade com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.

No ano 2022 não foram registados incumprimentos na qualidade da água fornecida:

Figura 42 • Controlo analítico da água distribuída em 2022.

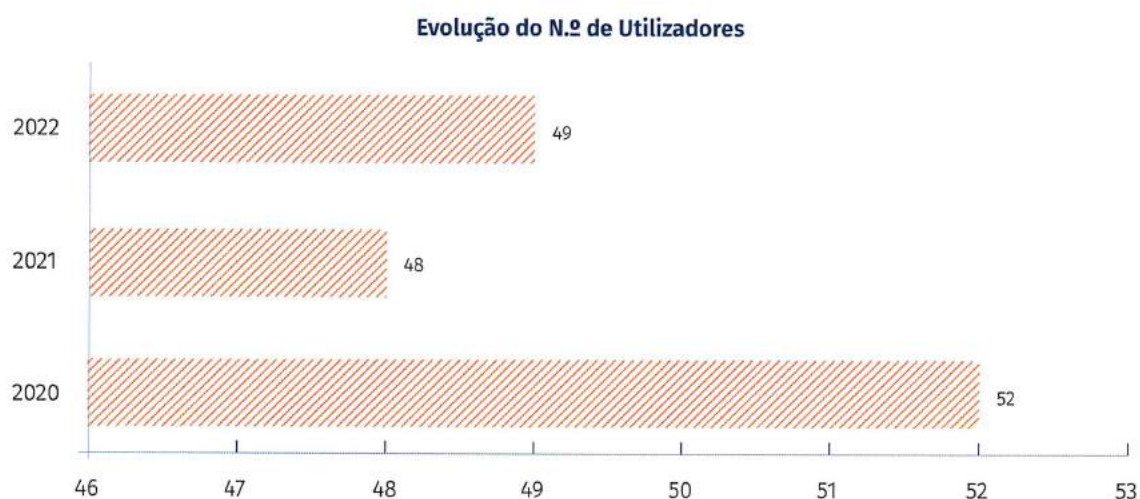


A % de água segura tem sido constante e sempre em patamares elevados que permitem receber o prémio da Entidade Reguladora “qualidade exemplar de água para consumo humano”.

4.1.9. Caracterização dos Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2022 a empresa concessionária tinha nos seus quadros 49 colaboradores.

Figura 43 • Evolução do número de trabalhadores



24

4.2. Aspectos financeiros

4.2.1. Receitas de exploração detalhadas

A concessionária registou em 2022 um volume de negócios de 7.197.011€:

Figura 44 • Volume de negócios da concessionária Águas do Planalto em 2020 | 2021 | 2022.

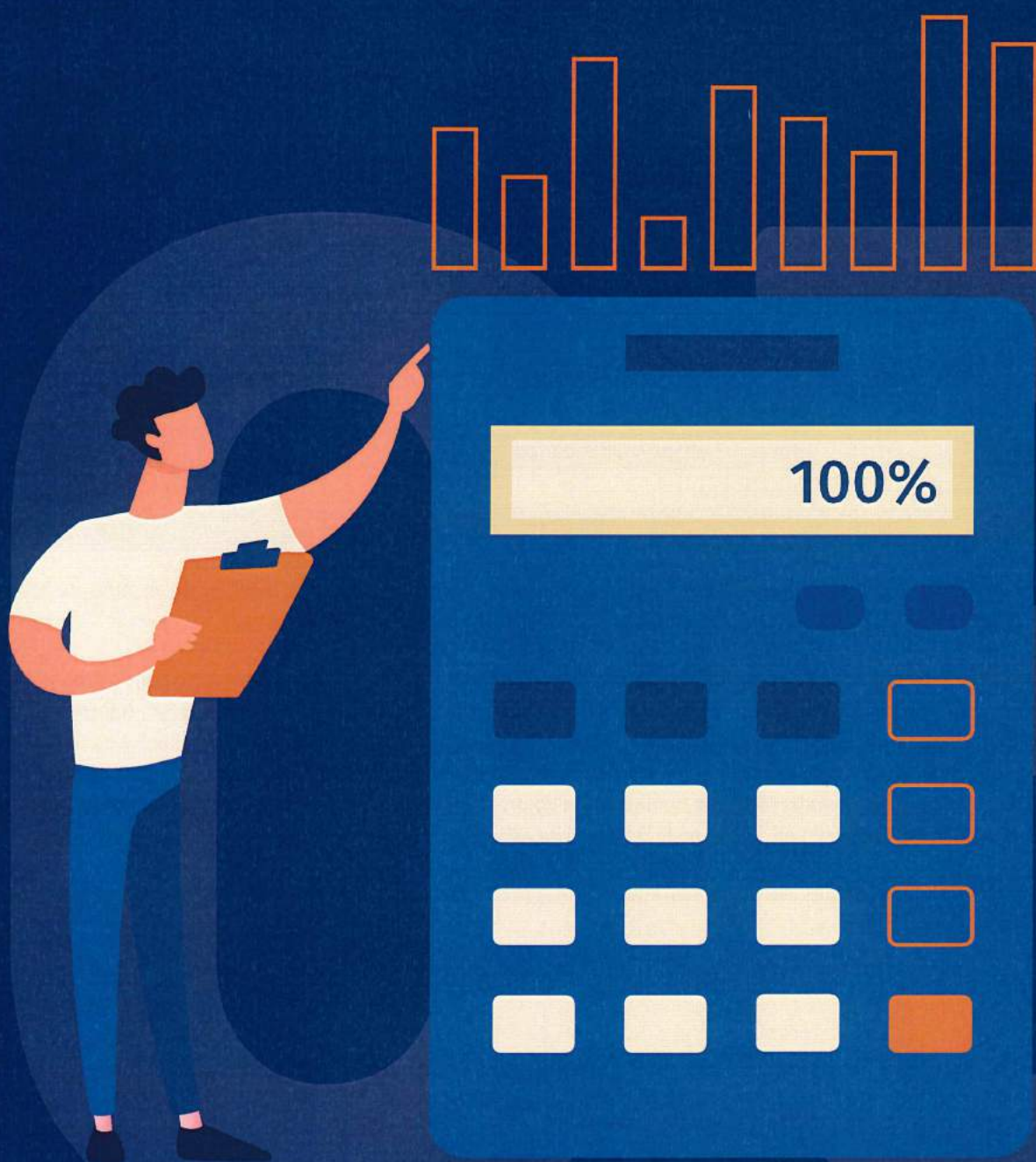
	2020	2021	2022	Var.(%)
Venda de água	3.603.108€	3.514.388€	4.053.539€	15,3
Taxa de disponibilidade	3.004.543€	2.714.917€	2.857.387€	5,2
Total de Vendas Variável + Fixa	6.607.651€	6.229.305€	6.910.926€	10,9
Ramais (Abertura)	33.986€	46.728€	52.244€	11,8
Outros Serviços	262.876€	184.007€	233.840€	27,1
Total das Prestações de Serviços	296.863€	230.735€	286.085€	24,0
Total de Volume de Negócios	6.904.514	6.460.040€	7.197.011€	11,4

4.2.2. Demonstrações

05



Demonstrações Orçamentais



1 • Orçamento 2022

O Orçamento para o ano de 2022 da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) teve um valor de 24.022.698,00€.

2 • Alterações ao Orçamento de 2022

Durante o decorrer deste ano foram necessárias 7 alterações ao orçamento e apenas uma revisão, que serviu para introdução de saldos da gerência anterior.

3 • Execução Orçamental

A taxa de execução das receitas correntes terminou com um valor aproximadamente de 51%.

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Rubrica	Descrição	Receitas cobradas
040201	Juros de mora	3.337,45€
050201	Bancos e outras instituições	76,41€
051099	Concessão Águas Planalto	119.328,06€
0605	Transferências correntes	13.931.238,42€
070108	Venda de bens	24.484,01€
0801	Outras receitas correntes	75,83€
100307	Estado-Paticípa. comunitárias	28.583,97€
10050104	Municípios	129.603,19€
Total da receita		14.236.727,34€

O valor das transferências correntes refere-se aos montantes que a AMRPB recebeu de recolha de RSU, tratamento de resíduos, taxa de gestão de resíduos e quotização, durante o ano 2022.

O valor de transferências de Capital com o valor de 158.187,16€, resulta das transferências do Fundo Ambiental no valor de 28.583,97€ e o valor da comparticipação dos 15% dos municípios com 129.603,19€, referente aos investimentos realizados na Ecobeirão, EIM, SA nos seguintes projetos: Adaptação da linha de TM da unidade de TMB e construção de parque de compostagem no CTRSU de Tondela para valorização da recolha seletiva de biorresíduos e a Implementação de uma linha de preparação de Combustível Derivo de Resíduos a partir da trituração e secagem da fração resto do SGRU da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

A taxa de execução das despesas correntes ficou aproximadamente nos 39% e a execução da despesa de capital nos 12%.



Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Rubrica	Descrição	Despesas pagas
0101	Despesas com o pessoal	121.506,92€
0201	Aquisição de bens e serviços	13.408.689,78€
0405	Transferências correntes	179.850,92€
0701	Investimentos	640.235,63€
Total da despesa		14.350.283,25€

O valor de aquisição de bens e serviços reflete os pagamentos relacionados com recolha de RSU, tratamento de resíduos, taxa de gestão de resíduos, consultadoria, entre outras despesas correntes.

As despesas de capital ainda dizem respeito à candidatura: Incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos 3 fluxos multimateriais.

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimento

A taxa de execução anual ficou aproximadamente nos 51%.

O projeto de Campanhas de sensibilização não ficou totalmente finalizado e ainda transita para o ano de 2023.

O projeto de ampliação da rede de equipamento de deposição seletiva 3F ficou totalmente concluída.

A ampliação da frota de recolha não teve execução em 2022 e transita para o ano de 2023.

O pagamento das faturas referentes à ampliação e otimização da capacidade de processamento da linha de embalagens do Centro de Triagem do CTRSU, só foi efetuado em 2022 devido a um processo de insolvência da empresa MetroCompost.

As obras com vista ao licenciamento das piscinas do Vale decorreu no ano de 2022.

Descrição do projeto	Montante executado
Campanhas de sensibilização	282.438,64€
Ampliação de rede de equip de deposição	72.403,95€
Ampliação de frota	0,00€
Ampliação do Centro de Triagem	242.007,78€
Obras Piscinas do Vale	42.474,74€

06



Demonstrações Financeiras



1 • Balanço

O valor do balanço de 2022 tem um valor de 57.357.900,50€.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Estrutura do Balanço

Rubricas	2022	2021
Ativo não corrente	50.709.805,89€	56.535.669,63€
Ativo corrente	6.648.094,61€	5.149.282,87€
Total ativo	57.357.900,50€	61.684.952,50€

Rubricas	2022	2021
Património Líquido	45.090.554,58€	50.396.222,51€
Passivo não corrente	4.228.322,70€	4.781.198,34€
Passivo corrente	8.039.023,22€	6.507.531,65€
Total Património e Passivo	57.357.900,50€	61.684.952,50€

Ativo

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão terminou o ano tendo em saldos bancários o valor de 377.652,98€ em depósitos à ordem e 190.000,00€ em outros depósitos.

A rubrica de clientes, contribuintes e utentes diz principalmente respeito, ao valor a ser transferido dos municípios associados para a AMRPB.

	2022	2021
Valor a receber dos municípios	5.450.050,46€	4.124.201,71€
Valor a receber - outros	132.431,90€	116.647,47€

A AMRPB tem uma participação financeira na Ecobeirão, EIM, SA, como mostra o quadro seguinte:

Entidade	Morada	Capital social	Participação %	Participação €
Ecobeirão, EIM, SA	Vale da Margunda	50.000,00€	72%	36.000,00€

A rubrica de Outras Contas a Receber com o valor de 465.423,64€ e diz respeito às garantias que a AMRPB tem a receber e também o valor a receber referente às transferências que ainda se espera da Agência para o Desenvolvimento e Coesão – POSEUR.

A rubrica de Ativos fixos tangíveis termina o ano com um valor de 49.941.005,89€.

Passivo

O valor de 8.039.023,22€ do passivo corrente refere-se a:

Fornecedores	6.791.843,07€
Estado e outros entes públicos	4.169,73€
Outras contas a pagar	963.259,78€
Diferimentos (até 12 meses)	963.259,78€

2 • Demonstração de Resultados

Durante o ano de 2022, a AMRPB teve de rendimentos um valor de 20.780.641,64€ e em gastos um valor de 21.422.140,66€.

Rendimentos

O valor de rendimentos está dividido em:

Vendas com um valor 14.926.231,77€, engloba todas as transferências que os municípios fazem em recolha de RSU e tratamento de resíduos.

Prestações de serviços e concessões com o valor de 279.750,64€ refere-se à concessão com Ecobeirão, EIM,SA.

Outros rendimentos com um valor de 5.574.507,17€.

Este valor está diretamente relacionado com o montante a reconhecer ao longo dos anos de investimentos efetuados.

Juros e rendimentos similares obtido com valor de 152,06€ de juros recebidos.

Gastos

O valor de gastos está repartido da seguinte forma:

Fornecimento e serviços externos com o valor de 15.123.766,35€.

Nesta rubrica estão incluídas principalmente todas as despesas relativas à atividade de recolha e tratamento de RSU, seguros, conservação e reparação e campanhas de sensibilização e honorários.

Gastos com pessoal teve um valor de 74.526,42€.

Outros gastos terminou com o valor de 325.580,20€.

A rubrica outros gastos engloba principalmente as transferências efetuadas no âmbito do protocolo com a Junta de Freguesia de Barreiro de Besteiros e Tourigo.

Gastos/reversões de depreciação e amortização tem um valor de 5.898.267,69€.

Na sequência do exposto, a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão apresentou um Resultado Líquido de -641.499,02€ no ano de 2022.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido -641.499,02€, seja transferido para uma conta de Resultados Transitados.

3 • Fluxos de Caixa

Os fluxos de caixa referentes ao ano de 2022 estão repartidos da seguinte forma:

Recebimentos

Valor proveniente de fluxos de caixa das atividades operacionais: 13.975.276,09€

Valor proveniente de fluxos de caixa das atividades de investimento: 261.451,25€

Pagamentos

Valor proveniente de fluxos de caixa das atividades operacionais: 14.035.871,52€

Valor proveniente de fluxos de caixa das atividades de investimento: 314.411,73€

Apresenta-se um mapa resumo:

Saldo da gerência anterior	491.208,89€
Recebimentos	
Recebimentos de clientes	13.975.276,09€
Ativos fixos tangíveis	103.112,03€
Subsídios ao investimento	28.583,97€
Transferências de capital	129.603,19€
Juros e rendimentos similares	152,06€
Total de recebimentos	14.236.727,34€
Pagamentos	
Pagamento a fornecedores	13.914.795,10€
Pagamentos a pessoal	121.076,42€
Ativos fixos tangíveis	314.411,73€
Total de pagamentos	14.350.283,25€
Saldo para a gerência seguinte	377.652,98€

07



Anexos



Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Balanco em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2	49.941.005,89	55.766.869,63
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras	3	36.000,00	36.000,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros	4	732.800,00	732.800,00
Ativos por impostos diferidos			
Cientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		50.709.805,89	56.535.669,63
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes	5	5.582.482,36	4.240.849,18
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	6	465.423,64	227.224,80
Diferimentos	7	32.535,63	
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	8	567.652,98	681.208,89
		6.648.094,61	5.149.282,87
		57.357.900,50	61.684.952,50
</			

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Balanço em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	7	4.171.598,87	4.724.474,51
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar	13	56.723,83	56.723,83
		4.228.322,70	4.781.198,34
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores	14	6.791.843,07	5.308.562,75
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	15	4.169,73	
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			315.201,15
Outras contas a pagar	13	963.259,78	604.017,11
Diferimentos	7	279.750,64	279.750,64
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		8.039.023,22	6.507.531,65
Total do Passivo		12.267.345,92	11.288.729,99
Total do Património Líquido e Passivo		57.357.900,50	61.684.952,50

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas	16	14.926.231,77	13.636.245,81
Prestações de serviços e concessões		279.750,64	279.750,64
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre			
Transferências e subsídios correntes obtidos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários tr			
Fornecimentos e serviços externos	17	-15.123.766,35	-17.770.879,24
Gastos com pessoal	18	-74.526,42	-175.649,68
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	19	5.574.507,17	9.770.900,05
Outros gastos	20	-325.580,20	-516.472,33
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		5.256.616,61	5.223.895,25
Gastos/reversões de depreciação e amortização	21	-5.898.267,69	-5.874.862,23
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-641.651,08	-650.966,98
Juros e rendimentos similares obtidos	22	152,06	68,65
Juros e gastos similares suportados			-195,90
Resultado antes de impostos		-641.499,02	-651.094,23
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-641.499,02	-651.094,23
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		-641.499,02	-651.094,23

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		13.975.276,09	18.894.418,28
Recebimentos de contribuintes			31,95
Recebimentos de transferências e subsídios correntes			
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-13.914.795,10	-17.933.226,59
Pagamentos ao pessoal		-121.076,42	-129.099,68
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		-60.595,43	832.123,96
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			1.689,12
Outros recebimentos			
Outros pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-60.595,43	833.813,08
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-314.411,73	-1.610.418,96
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		103.112,03	93.070,38
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		28.583,97	1.058.200,58
Transferências de capital		129.603,19	
Juros e rendimentos similares		152,06	0,40
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-52.960,48	-459.147,60
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-113.555,91	374.665,48
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		681.208,89	116.543,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período		567.652,98	681.208,89
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		681.208,89	116.543,41
- Equivalentes a caixa no início do período		-190.000,00	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		491.208,89	116.543,41
De execução orçamental		491.208,89	115.792,33

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
De operações de tesouraria			751,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período		567.652,98	681.208,89
- Equivalentes a caixa no fim do período		-190.000,00	-190.000,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		377.652,98	491.208,89
De execução orçamental		377.652,98	491.208,89
De operações de tesouraria			

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Ano: 2022

Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajusta- mentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Reva- lorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	20.254.451,41	0,00	0,00	0,00	5.650.881,90	-16.791.951,32	0,00	0,00	41.933.934,75	-651.094,23	50.396.222,51	0,00	50.396.222,51
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes da revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.653.707,15	0,00	-4.653.707,15	0,00	-4.653.707,15
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-651.094,23	0,00	0,00	0,00	651.094,23	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-651.094,23	0,00	0,00	-4.653.707,15	651.094,23	-4.653.707,15	0,00	-4.653.707,15
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-641.499,02	-641.499,02	0,00	-641.499,02
											9.595,21	-5.295.206,17	0,00	-5.295.206,17
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.461,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.461,76	0,00	-10.461,76
Subscrições de prêmios de emissão	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							-10.461,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.461,76	0,00	-10.461,76
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	20.254.451,41	0,00	0,00	0,00	5.650.881,90	-17.453.507,31	0,00	0,00	37.280.227,60	-641.499,02	45.090.554,58	0,00	45.090.554,58

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gerência anterior	-162.745,18	0,00	653.954,07	0,00	0,00	491.208,89	116.543,41
Operações Orçamentais [1]	-162.745,18	0,00	653.954,07	0,00	0,00	491.208,89	115.792,33
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	751,08
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	14.078.540,18	0,00	0,00	0,00	0,00	14.078.540,18	18.989.961,21
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	3.337,45	0,00	0,00	0,00	0,00	3.337,45	4.503,20
R4 Rendimentos de propriedade	119.404,47	0,00	0,00	0,00	0,00	119.404,47	93.070,78
R5 Transferências e subsídios correntes	13.931.238,42	0,00	0,00	0,00	0,00	13.931.238,42	18.862.626,99
R5.1 Transferências correntes	13.931.238,42	0,00	0,00	0,00	0,00	13.931.238,42	18.862.626,99
R5.1.1 Administrações Públicas	13.931.238,42	0,00	0,00	0,00	0,00	13.931.238,42	18.862.626,99
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	13.931.238,42	0,00	0,00	0,00	0,00	13.931.238,42	18.862.626,99
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	24.484,01	0,00	0,00	0,00	0,00	24.484,01	26.694,33
R7 Outras receitas correntes	75,83	0,00	0,00	0,00	0,00	75,83	3.065,91
Receita de capital	129.603,19	0,00	28.583,97	0,00	0,00	158.187,16	1.058.200,58
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital	129.603,19	0,00	28.583,97	0,00	0,00	158.187,16	1.058.200,58
R9.1 Transferências de capital	129.603,19	0,00	28.583,97	0,00	0,00	158.187,16	1.058.200,58
R9.1.1 Administrações Públicas	129.603,19	0,00	28.583,97	0,00	0,00	158.187,16	1.058.200,58
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	28.583,97	0,00	0,00	28.583,97	964.932,91
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	129.603,19	0,00	0,00	0,00	0,00	129.603,19	93.267,67
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita efetiva [2]	14.208.143,37	0,00	28.583,97	0,00	0,00	14.236.727,34	20.048.161,79
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	14.045.398,19	0,00	682.538,04	0,00	0,00	14.727.936,23	20.163.954,12
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-751,08

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	13.710.047,62	0,00	0,00	0,00	0,00	13.710.047,62	17.924.803,97
D1 Despesas com o pessoal	121.506,92	0,00	0,00	0,00	0,00	121.506,92	129.099,68
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	107.190,52	0,00	0,00	0,00	0,00	107.190,52	108.249,70
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	430,50	0,00	0,00	0,00	0,00	430,50	0,00
D1.3 Segurança Social	13.885,90	0,00	0,00	0,00	0,00	13.885,90	20.849,98
D2 Aquisição de bens e serviços	13.408.689,78	0,00	0,00	0,00	0,00	13.408.689,78	17.530.420,65
D3 Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4 Transferências e subsídios correntes	179.850,92	0,00	0,00	0,00	0,00	179.850,92	265.283,64
D4.1 Transferências correntes	179.850,92	0,00	0,00	0,00	0,00	179.850,92	265.283,64
D4.1.1 Administrações Públicas	179.850,92	0,00	0,00	0,00	0,00	179.850,92	265.283,64
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	179.850,92	0,00	0,00	0,00	0,00	179.850,92	265.283,64
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de capital	640.235,63	0,00	0,00	0,00	0,00	640.235,63	1.747.941,26
D6 Aquisição de bens de capital	640.235,63	0,00	0,00	0,00	0,00	640.235,63	1.747.941,26
D7 Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	14.350.283,25	0,00	0,00	0,00	0,00	14.350.283,25	19.672.745,23
Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [7]=[5]+[6]	14.350.283,25	0,00	0,00	0,00	0,00	14.350.283,25	19.672.745,23
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo para a gerência seguinte	-304.885,06	0,00	682.538,04	0,00	0,00	377.652,98	491.208,89
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	-304.885,06	0,00	682.538,04	0,00	0,00	377.652,98	491.208,89
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo global [2] - [5]	-142.139,88	0,00	28.583,97	0,00	0,00	-113.555,91	375.416,56
Despesa primária	14.350.283,25	0,00	0,00	0,00	0,00	14.350.283,25	19.672.745,23
Saldo corrente	368.492,56	0,00	0,00	0,00	0,00	368.492,56	1.065.157,24
Saldo de capital	-510.632,44	0,00	28.583,97	0,00	0,00	-482.048,47	-689.740,68
Saldo primário	-142.139,88	0,00	28.583,97	0,00	0,00	-113.555,91	375.416,56
Receita total [1] + [2] + [3]	14.045.398,19	0,00	682.538,04	0,00	0,00	14.727.936,23	20.163.954,12
Despesa total [5] + [6]	14.350.283,25	0,00	0,00	0,00	0,00	14.350.283,25	19.672.745,23

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

(designação da autarquia local)

Ano: 2022

Rúbrica		Descrição		Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
									Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente															
02	Impostos indirectos			100,00	2.073,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0202	Outros			100,00	2.073,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020206	Impostos indirectos específicos das autarquias locais			100,00	2.073,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
02020699	Outros			100,00	2.073,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0202069999	Outros			100,00	2.073,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
04	Taxas, multas e outras penalidades			51.100,00	203.324,08	0,00	0,00	3.337,45	0,00	0,00	3.337,45	0,00	3.337,45	6.531	0,000
0401	Taxas			1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
040123	Taxas específicas das autarquias locais			1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
04012399	Outras			1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0401239901	Resíduos Sólidos Urbanos			1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0402	Multas e outras penalidades			50.100,00	203.324,08	0,00	0,00	3.337,45	0,00	0,00	3.337,45	0,00	3.337,45	6.662	0,000
040201	Juros de mora			50.000,00	203.324,08	0,00	0,00	3.337,45	0,00	0,00	3.337,45	0,00	3.337,45	6.675	0,000
040202	Juros compensatórios			100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
05	Rendimentos da propriedade			116.000,00	13.005,00	119.404,47	0,00	119.404,47	0,00	0,00	0,00	119.404,47	119.404,47	0,000	102.935
0502	Juros-Sociedades financeiras			500,00	0,00	76,41	0,00	76,41	0,00	0,00	0,00	76,41	76,41	0,000	15.282
050201	Bancos e outras instituições financeiras			500,00	0,00	76,41	0,00	76,41	0,00	0,00	0,00	76,41	76,41	0,000	15.282
0510	Rendas			115.500,00	13.005,00	119.328,06	0,00	119.328,06	0,00	0,00	0,00	119.328,06	119.328,06	0,000	103.314
051001	Terrenos			13.500,00	13.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
051099	Outros			102.000,00	0,00	119.328,06	0,00	119.328,06	0,00	0,00	0,00	119.328,06	119.328,06	0,000	116.988
05109902	Concessão Águas do Planalto			102.000,00	0,00	119.328,06	0,00	119.328,06	0,00	0,00	0,00	119.328,06	119.328,06	0,000	116.988
06	Transferências correntes			20.694.500,00	3.680.384,32	15.093.750,79	0,00	13.931.238,42	0,00	0,00	3.422.677,82	10.508.560,60	13.931.238,42	16.539	50.779
0605	Administração local			20.694.500,00	3.680.384,32	15.093.750,79	0,00	13.931.238,42	0,00	0,00	3.422.677,82	10.508.560,60	13.931.238,42	16.539	50.779
060501	Contínente			20.694.500,00	3.680.384,32	15.093.750,79	0,00	13.931.238,42	0,00	0,00	3.422.677,82	10.508.560,60	13.931.238,42	16.539	50.779
06050101	Recolha de resíduos sólidos urbanos			10.559.000,00	1.666.299,22	6.771.104,76	0,00	6.579.253,75	0,00	0,00	1.904.877,80	4.674.375,95	6.579.253,75	16.539	50.779
06050102	Exploração de Sistema			9.950.000,00	1.993.940,10	8.128.222,35	0,00	7.191.974,99	0,00	0,00	1.508.796,02	5.683.178,97	7.191.974,99	18.040	44.269
0605010201	Tratamento de resíduos			6.950.000,00	1.533.987,94	5.748.714,35	0,00	5.108.266,48	0,00	0,00	1.076.334,54	4.031.931,94	5.108.266,48	15.164	57.117
0605010202	Taxa de Gestão de Resíduos			3.000.000,00	459.952,16	2.379.508,00	0,00	2.083.708,51	0,00	0,00	432.461,48	1.651.247,03	2.083.708,51	15.487	58.013
06050103	Quotizações			185.000,00	20.145,00	194.423,68	0,00	160.009,68	0,00	0,00	9.004,00	151.005,68	160.009,68	4.867	81.625
06050104	Outras (Juros de Empréstimos)			500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07	Venda de bens e serviços correntes			343.026,00	99.430,27	32.432,72	0,00	24.484,01	0,00	0,00	24.484,01	0,00	24.484,01	7.138	0,000
0701	Venda de bens			343.026,00	99.430,27	32.432,72	0,00	24.484,01	0,00	0,00	24.484,01	0,00	24.484,01	7.138	0,000
070108	Mercadorias			343.026,00	99.430,27	32.432,72	0,00	24.484,01	0,00	0,00	24.484,01	0,00	24.484,01	7.138	0,000
07010801	Água			129.251,00	99.430,27	32.432,72	0,00	24.484,01	0,00	0,00	24.484,01	0,00	24.484,01	18.943	0,000
07010802	Energia eléctrica			213.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08	Outras receitas correntes			15.000,00	20.426,08	50,00	0,00	75,83	0,00	0,00	25,83	50,00	75,83	0,172	0,333
0801	Outras			15.000,00	20.426,08	50,00	0,00	75,83	0,00	0,00	25,83	50,00	75,83	0,172	0,333

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2022

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamentos	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente													
080199	Outras	15.000,00	20.426,08	50,00	0,00	75,83	0,00	0,00	25,83	50,00	75,83	0,00	0,333
08019999	Diversas	15.000,00	20.426,08	50,00	0,00	75,83	0,00	0,00	25,83	50,00	75,83	0,00	0,333
Receita de capital													
10	Transferências de capital	2.800.972,00	397.747,40	344.718,45	0,00	158.187,16	0,00	0,00	0,00	158.187,16	158.187,16	0,00	5,648
1003	Administração central	1.219.298,00	0,00	28.583,97	0,00	28.583,97	0,00	0,00	0,00	28.583,97	28.583,97	0,00	2,344
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	1.219.298,00	0,00	28.583,97	0,00	28.583,97	0,00	0,00	0,00	28.583,97	28.583,97	0,00	2,344
1005	Administração local	1.581.674,00	397.747,40	316.134,48	0,00	129.603,19	0,00	0,00	0,00	129.603,19	129.603,19	0,00	8,194
100501	Continente	1.581.674,00	397.747,40	316.134,48	0,00	129.603,19	0,00	0,00	0,00	129.603,19	129.603,19	0,00	8,194
10050103	Outros (Amortização de Empréstimos)	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
10050104	Municípios	1.581.574,00	397.747,40	316.134,48	0,00	129.603,19	0,00	0,00	0,00	129.603,19	129.603,19	0,00	8,195
Outras receitas													
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
16	Saldo da gerência anterior	491.208,89	0,00	491.208,89	0,00	491.208,89	0,00	0,00	0,00	491.208,89	491.208,89	0,00	100,000
1601	Saldo orçamental	491.208,89	0,00	491.208,89	0,00	491.208,89	0,00	0,00	0,00	491.208,89	491.208,89	0,00	100,000
160101	Na posse do serviço	491.208,89	0,00	491.208,89	0,00	491.208,89	0,00	0,00	0,00	491.208,89	491.208,89	0,00	100,000
												0,00	0,000
Total Receitas Correntes		21.219.726,00	4.018.643,54	15.245.637,98	0,00	14.078.540,18	0,00	0,00	3.450.525,11	10.628.015,07	14.078.540,18	0,00	50,086
Total Receitas de Capital		2.800.972,00	397.747,40	344.718,45	0,00	158.187,16	0,00	0,00	0,00	158.187,16	158.187,16	0,00	5,648
Total Outras Receitas		493.208,89	0,00	491.208,89	0,00	491.208,89	0,00	0,00	0,00	491.208,89	491.208,89	0,00	99,594
												0,00	0,000
Total		24.513.906,89	4.416.390,94	16.081.565,32	0,00	14.727.936,23	0,00	0,00	3.450.525,11	11.277.411,12	14.727.936,23	0,00	46,004

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

(designação da autarquia local)

Ano: 2022

Euros

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental		
Código	Designação						Periodos anteriores	Periodo corrente			Total	Periodos anteriores	Periodo corrente
Despesa corrente													
01	Despesas com o pessoal	0,00	138.173,00	0,00	122.939,27	121.506,92	0,00	121.506,92	1.432,35	0,00	0,00	87.938	
0101	Remunerações certas e permanentes	0,00	114.150,00	0,00	107.190,52	107.190,52	0,00	107.190,52	0,00	0,00	0,00	93.903	
010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	0,00	96.737,00	0,00	96.714,50	96.714,50	0,00	96.714,50	0,00	0,00	0,00	99.977	
010111	Representação	0,00	6.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
010113	Subsídio de refeição	0,00	2.300,00	0,00	2.238,06	2.238,06	0,00	2.238,06	0,00	0,00	0,00	97.307	
01011301	Pessoal dos quadros	0,00	2.300,00	0,00	2.238,06	2.238,06	0,00	2.238,06	0,00	0,00	0,00	97.307	
010114	Subsídio de férias e de Natal	0,00	8.313,00	0,00	8.237,96	8.237,96	0,00	8.237,96	0,00	0,00	0,00	99.097	
01011401	Pessoal dos quadros	0,00	8.313,00	0,00	8.237,96	8.237,96	0,00	8.237,96	0,00	0,00	0,00	99.097	
0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	1.070,00	0,00	430,50	430,50	0,00	430,50	0,00	0,00	0,00	40.234	
010204	Ajudas de custo	0,00	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
010206	Formação	0,00	1.000,00	0,00	430,50	430,50	0,00	430,50	0,00	0,00	0,00	43.050	
010213	Outros suplementos e prémios	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
0103	Segurança social	0,00	22.953,00	0,00	15.318,25	13.885,90	0,00	13.885,90	1.432,35	0,00	0,00	60.497	
010305	Contribuições para a segurança social	0,00	21.953,00	0,00	15.318,25	13.885,90	0,00	13.885,90	1.432,35	0,00	0,00	63.253	
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	2.088,00	0,00	203,25	203,25	0,00	203,25	0,00	0,00	0,00	9.734	
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	0,00	19.865,00	0,00	15.115,00	13.682,65	0,00	13.682,65	1.432,35	0,00	0,00	68.878	
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	0,00	19.865,00	0,00	15.115,00	13.682,65	0,00	13.682,65	1.432,35	0,00	0,00	68.878	
010309	Seguros	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
02	Aquisição de bens e serviços	5.285.243,47	21.334.418,74	0,00	20.394.818,34	20.112.616,22	5.285.143,55	8.123.546,23	282.202,12	6.703.926,44	24.773	38.077	
0201	Aquisição de bens	18.075,76	114.069,00	0,00	109.993,36	109.904,08	18.075,76	63.508,41	389,28	28.019,91	15.846	55.675	
020102	Combustíveis e lubrificantes	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
02010202	Gasóleo	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
020108	Material de escritório	0,00	1.519,00	0,00	1.518,26	1.518,26	0,00	1.518,26	0,00	0,00	0,00	99.951	
020115	Prémios, condecorações e ofertas	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
020116	Mercadorias para venda	18.075,76	110.000,00	0,00	108.473,24	108.083,96	18.075,76	61.988,29	389,28	28.019,91	16.433	56.353	
02011601	Água	18.075,76	110.000,00	0,00	108.473,24	108.083,96	18.075,76	61.988,29	389,28	28.019,91	16.433	56.353	
020118	Livros e documentação técnica	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
020119	Artigos honoríficos e de decoração	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
020121	Outros bens	0,00	2.010,00	0,00	1,86	1,86	0,00	1,86	0,00	0,00	0,00	0,000	
0202	Aquisição de serviços	5.267.167,71	21.220.349,74	0,00	20.284.824,98	20.003.012,14	5.267.067,79	8.060.037,82	281.812,84	6.675.906,53	24.821	37.983	
020203	Conservação de bens	0,00	11.634,80	0,00	31,80	31,80	0,00	31,80	0,00	0,00	0,00	0,273	
020209	Comunicações	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
020210	Transportes	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
020211	Representação dos serviços	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
020212	Seguros	0,00	106.000,00	0,00	87.952,81	87.952,81	0,00	87.952,81	0,00	0,00	0,00	82.974	

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

(designação da autarquia local)

Ano: 2022

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Grau de execução orçamental									
		Despesas por pagar período, anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições	Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente											
020213	Deslocações e estadas	0,00	2.500,00	0,00	2.235,30	2.235,30	0,00	2.235,30	0,00	0,00	89,412
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	5.092,20	353.222,61	0,00	350.507,12	139.413,55	5.092,20	133.509,55	211.093,57	811,80	37.798
020224	Encargos de cobrança de receitas	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
020225	Outros serviços	5.262.075,51	20.746.942,33	0,00	19.844.097,95	19.773.378,68	5.261.975,59	7.836.308,36	70.719,27	6.675.094,73	37.777
02022501	Recolha de resíduos sólidos urbanos	3.817.713,33	10.804.804,44	0,00	10.616.418,76	10.581.149,43	3.817.613,41	1.592.979,15	35.269,35	5.170.596,87	14.744
02022502	Exploração de resíduos	1.444.362,18	9.894.337,89	0,00	9.185.726,17	9.150.276,25	1.444.362,18	6.201.376,21	35.449,92	1.504.537,86	62.676
0202250201	Tratamento de resíduos	847.262,44	6.894.337,89	0,00	6.222.526,06	6.187.076,14	847.262,44	4.239.927,74	35.449,92	1.099.885,96	61.499
0202250202	Taxa de Gestão de resíduos	597.099,74	3.000.000,00	0,00	2.963.200,11	2.963.200,11	597.099,74	1.961.448,47	0,00	404.651,90	65.382
02022503	Campanhas de sensibilização	0,00	45.000,00	0,00	39.662,95	39.662,95	0,00	39.662,95	0,00	0,00	88,140
02022504	Outros	0,00	3.000,00	0,00	2.290,05	2.290,05	0,00	2.290,05	0,00	0,00	76,335
03	Juros e outros encargos	0,00	110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0302	Outros encargos correntes da dívida pública	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
030201	Despesas diversas	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0303	Juros de locação financeira	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
030306	Material de informática	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
04	Transferências correntes	0,00	289.134,56	0,00	264.000,00	179.850,92	0,00	179.850,92	84.149,08	0,00	66,826
0405	Administração local	0,00	289.134,56	0,00	264.000,00	179.850,92	0,00	179.850,92	84.149,08	0,00	66,826
040501	Contínente	0,00	289.134,56	0,00	264.000,00	179.850,92	0,00	179.850,92	84.149,08	0,00	66,826
04050102	Freguesias	0,00	289.134,56	0,00	264.000,00	179.850,92	0,00	179.850,92	84.149,08	0,00	66,826
05	Subsídios	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
050103	Privadas	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
06	Outras despesas correntes	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0602	Diversas	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
060203	Outras	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
06020301	Outras restituições	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
06020302	IVA pago	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
06020305	Outras	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Despesa de capital											
07	Aquisição de bens de capital	315.201,15	1.249.081,59	0,00	774.122,75	728.152,26	315.201,15	325.034,48	45.970,49	87.916,63	26.022
0701	Investimentos	315.201,15	1.249.081,59	0,00	774.122,75	728.152,26	315.201,15	325.034,48	45.970,49	87.916,63	26.022
070104	Constituições diversas	315.201,15	1.249.081,59	0,00	774.122,75	728.152,26	315.201,15	325.034,48	45.970,49	87.916,63	26.022
07010407	Captação e distribuição de água	0,00	942,59	0,00	910,52	910,52	0,00	910,52	0,00	0,00	96,598
07010411	Infraestruturas para tratamento resíduos sólidos	315.201,15	1.248.139,00	0,00	773.212,23	727.241,74	315.201,15	324.123,96	45.970,49	87.916,63	25.969
08	Transferências de capital	0,00	1.522.949,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0805	Administração local	0,00	1.522.949,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2022

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

(designação da autarquia local)

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente
080501	Contínente	0,00	1.522.945,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08050101	Municípios	0,00	1.522.945,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de capital												
Total Despesas Correntes		5.285.243,47	21.741.876,30	0,00	20.781.757,61	20.413.974,06	5.285.145,55	8.424.904,07	13.710.047,62	6.703.926,44	24.309	38.760
Total Despesas de Capital		315.201,16	2.772.030,59	0,00	774.122,75	728.152,26	315.201,16	325.034,48	46.970,49	87.916,63	11.371	11.728
Total Geral		5.600.444,62	24.513.906,89	0,00	21.555.880,36	21.142.126,32	5.600.344,70	8.749.938,55	14.350.283,25	6.791.843,07	22.846	35.694

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Ano: 2022 (unidade: €)

51.26 98.83

Em ... de de

Em ... de de



Anexo às demonstrações financeiras

No âmbito dos anexos às demonstrações financeiras, a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão apresenta as seguintes notas com o objetivo de clarificar e evidenciar os fatos cuja informação seja relevante, período de 01 janeiro a 31 de dezembro de 2022.

Nota 1 – Caracterização da entidade

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) foi constituída por escritura a 20 de março de 1991, com os seguintes objetivos imediatos:

- a transformação industrial e comercial de resíduos sólidos urbanos (e eventualmente a recolha de lixos da via pública)
- o sector do saneamento básico (águas e esgotos)

A AMRPB é constituída por 19 municípios: Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Sátão, Seia, S. Pedro do Sul, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão utilizou o sistema de contabilidade SNC-AP no período de 01-01-2022 a 31-12- 2022.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Nota 2 – Ativos fixos tangíveis

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição.

A AMRPB utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes o método utilizado, considerando a vida útil de referência.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:



Ativos fixos tangíveis	Taxas
Terrenos	
Edifícios e outras construções	1,25% a 6,25%
Equipamento básico	5% a 7,14%
Equipamento de transporte	12,5%
Equipamento administrativo	10% a 12,5%
Outros	10% a 25%

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se no quadro seguinte:
valores a 31/12/2022

Outros ativos fixos	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos	1.727.720,06€	0,00€	1.727.720,06€
Edifícioeoutrasconstruções	92.575.346,98€	54.727.894,87€	37.847.452,11€
Equipamento básico	19.667.623,59€	11.011.136,17€	8.656.487,42€
Equipamento transporte	3.814.863,24€	2.174.058,68€	1.640.804,56€
Equipamentoadministrativo	53.988,66€	53.988,66€	0,00€
Outros	116.224,93€	47.683,19€	68.541,74€
total	117.955.767,46€	68.014.761,57€	49.941.005,89€

Valores a 31/12/2021

Outros ativos fixos	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos	1.727.720,06€	0,00€	1.727.720,06€
Edifícios e out construções	91.633.000,46€	49.615.498,23€	44.017.502,23€



Equipamento básico	16.247.000,00€	6.587.035,58€	9.659.964,42€
Equipamento transporte	3.814.863,24€	1.513.154,34€	2.301.708,90€
Equipamento Administrativo	53.988,66€	53.988,66€	0,00€
Outros	116.224,93€	56.250,91€	59.974,02€
total	113.592.797,35€	57.825.927,72€	55.766.869,63€

As adições no período foram as seguintes:

	2021	Aquisições	Diminuições	2022
Terrenos	1.727.720,06€	0,00€	0,00€	1.727.720,06€
Edifícios e outras construções	42.017.502,23€	0,00€	0,00€	42.017.502,23€
Equipamento básico	9.642.828,98€	72.403,95€	0,00€	9.715.232,93€
Equipamento de transporte	2.301.708,90€	0,00€	0,00€	2.301.708,90€
Equipamento administrativo	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outros	77.109,46€	0,00€	0,00€	77.109,46€
Total	55.766.869,63€	72.403,95€	0,00€	55.839.273,58€

Depreciações de 2022	5.898.267,69€
Total Ativos fixos tangíveis	49.941.005,89€

Nota 3 – Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

No quadro seguinte indica-se o controlo da AMRPB na sua participação na Ecobeirão, EIM, SA.

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação %	Participação
Ecobeirão, EIM, SA	Empresa Intermunicipal	Borralhal - Tondela	50.000,00 €	72%	36.000,00 €

Nota 4 – Outros ativos financeiros

O valor de 732.800,00€ foi transferido para a Ecobeirão, EIM, SA, no âmbito da reposição dos danos causados pelo incêndio de 15 outubro de 2017.

Nota 5 – Clientes, contribuintes e utentes

O valor de 5.582.482,36€ diz respeito, maioritariamente, aos valores em dívida referente a tratamento e recolha de RSU, a ser transferidos pelos municípios para a AMRPB.

clientes a 31/12/2022 5.582.482,36€

Clientes a 31/12/2021 4.240.849,18€

Nota 6 – Outras contas a receber

Nesta rubrica estão incluídos os valores a receber no período seguinte, principalmente o valor que ainda não foi transferido pela Agência Portuguesa para o Desenvolvimento e Coesão.

Nota 7 - Diferimentos

Nesta rubrica estão os valores respeitantes aos seguros já pagos, mas que incluem valor referente ao ano de 2023.

Esta rubrica está relacionada com projetos e rendimentos a reconhecer nos próximos anos, tendo os valores repartidos com valores a reconhecer a menos de 12 meses e com mais de 12 meses.

Nota 8 - Caixa e depósitos

Os valores constantes em depósitos são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à ordem	377.652,98€	491.208,89€
Outros depósitos	190.000,00€	190.000,00€
Total de depósitos	567.652,98€	681.208,89€

Nota 9 – Património/Capital

O valor do Património da AMRPB manteve-se inalterado no ano de 2022.

Nota 10 – Reservas

O valor de reservas mantém-se igual a 2021.

Nota 11 – Resultados transitados

A AMRPB tem como norma incorporar os resultados líquidos do ano anterior nesta rubrica.

Nota 12 – Outras variações no Património Líquido

A variação no Património Líquido em 2022, é a seguinte:

Património Líquido	31/12/2022	31/12/2021
Património	20.245.451,41€	20.254.451,41€
Reservas	5.650.881,90€	5.650.881,90€
Resultados transitados	(17.453.507,31€)	(16.791.951,32€)
Outras variações Património	37.280.227,60€	41.933.934,75€
Resultados líquido	(641.499,02)€	(651.094,23€)
Total património líquido	45.090.554,58€	50.396.222,51€

Nota 13 – Outras contas a pagar

Este valor está diretamente relacionado com garantias de fornecedores da AMRPB.

Nota 14 – Fornecedores

Este valor diz respeito a dividas referente a fornecedores, sendo que os principais são a Ecobeirão, EIM,SA e Prezero, Portugal.

Divida a 31/12/2022	6.791.843,07€
Divida a 31/12/2021	5.308.562,75€

Nota 15 – Estado e outros entes públicos

Este é o valor referente a iva de 2022, que irá ser liquidado em 2023.

Nota 16 – Vendas

Esta rubrica engloba os documentos de transferência de verbas entre os municípios associados e a AMRPB em recolha RSU, tratamento de resíduos e taxa de gestão de resíduos.

31/12/2022 14.926.231,77€

31/12/2021 13.636.245,81€

Nota 17 – Fornecimentos e serviços externos

O valor de 15.123.766,35€ refere-se a pagamentos a fornecedores em 2022.

Nota 18 – Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal está repartida da seguinte forma:

Remunerações 58.156,67€

Caixa Geral de Aposentações 14.131,69€

Subsídio de refeição 2.238,06€

A 31/12/2022 a AMRPB tinha 2 funcionários.

Nota 19 – Outros rendimentos

31/12/2022 terminou com um valor de 5.574.507,17€

31/12/2021 terminou com um valor de 9.770.900,05€

Nota 20 – Outros gastos

Valor a 31/12/2022 outros gastos 325.580,20€

Valor a 31/12/2021 outros gastos 516.472,33€

Nesta rubrica estão incluídos valores de transferências efetuadas no âmbito do Protocolo com a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo.

Nota 21 – Gastos/reversões de depreciação e amortização

O valor a 31/12/2022 de gastos de depreciação e amortização: 5.898.267,69€

O valor a 31/12/2021 de gastos de depreciação e amortização: 5.874.862,23€

Nota 22 – Juros e gastos similares obtidos

31/12/2022 tem um valor de 152,06€

31/12/2021 terminou com o valor de 68,65€

A AMR Planalto Beirão à data de 31/12/2022, não tem dívidas às Finanças nem à Segurança Social.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Órgão Executivo a 11 de abril de 2023.



Martins Pereira
João Careca & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

João Careca
Alec Beerten
Elea Câncio Martins

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 57.357.901 euros e um total de património líquido de 45.090.555 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 641.499 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações do património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



[Handwritten signature and initials]

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 14.727.936 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 14.350.283 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 19 de abril de 2023

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Registada na OROC sob o nº 68 e na CMVM sob o nº 20161404
representada por:

[Handwritten signature of João António de Carvalho Careca]

João António de Carvalho Careca, ROC
Registado na OROC sob o n.º 849 e na CMVM sob o n.º 20160473

